



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS

A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA E A
RETOMADA DA TERRA POTIGUARA NA
ALDEIA TRÊS RIOS-MARCAÇÃO/PB.



Terra: Onde a luta começou.



Escola Diferenciada Indígena.

Mamanguape-PB

2024

**A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA E A
RETOMADA DA TERRA POTIGUARA NA
ALDEIA TRÊS RIOS-MARCAÇÃO/PB.**

JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS

Monografia apresentada à coordenação do
Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba- Campus
IV como requisito obrigatório para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Orientador: Prof. PhD. Paulo Roberto
Palhano Silva

Mamanguape-PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Jonatas de Azevedo.

A educação diferenciada indígena e a retomada da terra Potiguara na aldeia Três Rios- Marcação/PB / Jonatas de Azevedo Santos. - Mamanguape, 2024.
91 f. : il.

Orientação: Paulo Roberto Palhano Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Educação indígena. 2. Aldeia Três Rios. 3. Potiguara. I. Silva, Paulo Roberto Palhano. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 37(=1-82)

**A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA E A
RETOMADA DA TERRA POTIGUARA NA
ALDEIA TRÊS RIOS - MARCAÇÃO/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso -
Monografia, apresentada ao Curso de
Pedagogia do campus- IV da UFPB.
Como requisito obrigatório para a
obtenção do título de graduação em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO PALHANO SILVA
Data: 14/05/2024 18:39:56-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof.º PhD. Paulo Roberto Palhano Silva - UFPB-Orientador



Documento assinado digitalmente
BALTAZAR MACAIBA DE SOUSA
Data: 15/05/2024 05:49:34-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof.º. Dr. Baltazar Macaiba de Souza - UFPB - Examinador 1

Cícero Pedroza da Silva

Prof.º. Dr. Cícero Pedroza da Silva- UEPB - Examinador 2

Pedro Lôbo dos Santos

**Prof.º. Doutorando Pedro Lôbo dos Santos - UFPB -Examinador
Suplente**



Documento assinado digitalmente
RAISA QUEIROGA BARRETO
Data: 15/05/2024 14:37:34-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof.ª Raísa Queiroga Barreto - UEPB - Examinadora Suplente

Aprovado em 07 de maio de 2024

Primeiramente a Deus pelo dom da vida; aos meus pais, Raimunda Azevedo e Francisco Souza; aos meus irmãos Janderson Azevedo e Jaellison Azevedo; a minha esposa Paula Lidianne e ao meu filho Cauê Nicolas e a todos os meus familiares e amigos entre eles o meu Profº. Orientador Paulo Roberto Palhano Silva por todo apoio e por me fazerem acreditar que sou capaz de ir em busca dos meus sonhos.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus Tupã pela a sua infinita bondade, por sempre se fazer presente em todos os momentos da minha vida, por nunca me deixar me abater diante das dificuldades, sempre me dando forças para seguir em frente mesmo quando eu pensava que não conseguiria concluir o trabalho. Aos meus pais Raimunda Azevedo(uma dona de casa) e Francisco Sousa um (pedagogo), os dois sempre me incentivaram em ingressar numa universidade e ter um futuro brilhante, pois meu pai sempre me disse que a educação muda uma vida e realmente estar mudando a minha. E um agradecimento mais que especial vai para a minha esposa Paula Lidiane que sempre me deu todo o apoio que eu precisava para continuar nessa jornada acadêmica. Renovo meu agradecimento ao Prof. PhD Paulo Roberto Palhano Silva pela paciência na orientação dialógica.

EPIÍGRAFE

A educação diferenciada ou educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta da etnia potiguara, pois acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Exigem uma política mais definida para a educação indígena, com respeito à construção de um currículo ou proposta pedagógica que considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalismo, da religiosidade e tradições da etnia. (Nascimento; Barcellos, 2017, p. 17)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O POVO POTIGUARA: GÊNESE, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE TUPI-GUARANI.....	19
1.1.Da gênese cujo pertencimento identitário integra a família linguística do Tupi-Guarani.....	19
1.2. Referências geo-etnicas da aldeia Três Rios.....	22
2 POVO POTIGUARA DE TRÊS RIOS SOFREM COM O CERCO DA CANA DE AÇÚCAR.....	24
2.1. O Cerco histórico gerou empobrecimento econômico, cultural, político e étnico.....	24
2.2. Os Potiguara afagam a Mãe Terra e vendem a violência simbólica.....	26
3. SUJEITO COLETIVO INDÍGENA POTIGUARA É EDUCATIVO E CONSTRUTOR DE ESPAÇOS SOCIAIS NA	31
3.1. A força dos sujeito coletivo Potiguara.....	31
3.2.Os espaços de vivências.....	31
4 SUJEITOS POTIGUARA: LIDERANÇAS NATURAIS PRESENTES NA HISTÓRIA DA ALDEIA TRÊS RIOS.....	39
4.1. Entrevistas: Cacique e Pajé.....	39
4.2. A Teoria Dialógica: a orientação libertadora aos sujeitos.....	49
4.2.1.CO-LABORAÇÃO.....	49
4.2.2. Unir para libertar.....	50
4.2.3.Organização.....	51
4.2.4.A SÍNTESE CULTURAL.....	52
5. A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA POTIGUARA.....	56
5.1 .A educação em evolução.....	56
5.2 Questionário: A visão dos educadores indígenas Potiguara sobre a educação indígena diferenciada na ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ÍNDIO PEDRO MÁXIMO DE LIMA DA ALDEIA TRÊS RIOS MARCAÇÃO/PB.....	56
5.3. Questionário: A visão do gestor sobre a educação indígena diferenciada na ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ÍNDIO PEDRO MÁXIMO DE LIMA DA ALDEIA TRÊS RIOS MARCAÇÃO/PB.....	61
5.4 A educação diferenciada indígena na Aldeia Três Rios.....	66
5.4.1.Quanto à implantação da Educação Diferenciada Indígena é justificada	67
5.4.2.Quanto a cronologia da Educação junto aos Indígenas do Brasil.....	67
5.4.3. O que vem a ser a Escola Diferencial Indígena?.....	70
5.4.4.Quanto Escolas Indígenas Interculturais como um projeto piloto.....	71
5.4.5 Três eixos da Escola Indígena Diferenciada.....	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS	

LISTA DE SIGLAS

TI de Monte-mor – Terra Indígena de Mont-Mor

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ha - Hectare

FUNAI- Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CTRT – Companhia de Tecidos de Rio Tinto

LISTA DE FIGURAS

Foto 1- Mapa do Estado da Paraíba indicando a localização do município de Marcação, situado no litoral norte.

Foto 2- Cabana construída pelos indígenas no início da retomada.

Foto 3- As primeiras dez casas construídas na terra da aldeia Três Rios

Foto 4- A capela de Nossa Senhora de Guadalupe

Foto 5- Praça Hercília Vicência da Silva

Foto 6- Posto de saúde Índio Jurandir Alves Barbosa.

Foto7- Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima antes da construção da nova escola.

Foto 8- Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima em construção.

Foto 9- Arena o Renatão

Foto 10- Projeto Curica

Foto 11- Área de preservação José Salvino Mendes

Foto 12- Casa de farinha

Foto 13- Rua principal da aldeia Três Rios.

Foto 14- Primeiro e ex-cacique da aldeia Três Rios

Foto 15- Ex-cacique e atual Pajé da aldeia Três Rios

Foto 16- Secretaria da escola antes de ser demolida.

RESUMO

O trabalho tem como objeto a “educação diferenciada indígena e a retomada da terra da Potiguara na Aldeia Três Rios-Marcação/PB”. Tem como objetivo geral: Analisar a relação entre a retomada da terra e a educação indígena na Aldeia Três Rios-Marcação-PB; e objetivos específicos: a) Mapear o espaço de ocupação dos povos indígenas Potiguara da paraíba; b) Identificar de forma sistemática e cronológica a retomada da terra indígena da Aldeia Três Rios/PB; c) Identificar os diferenciais de uma educação indígena na Aldeia Três Rios/PB. Em relação ao aporte teórico, nos embasamos em autores como BRANDÃO (2007), NASCIMENTO (2017), MARQUES (2009), LAKATOS E MARCONI (2010), FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 2018, BOURDIEU (1979), ARRUTI (1995), BARCELLOS (2005), FREIRE (2018), PALHANO SILVA (2013; 2023), entre outros. A respeito da metodologia, após mergulhar nas leituras das obras literárias que tratam sobre o objeto aqui estudado, no primeiro momento realizamos entrevistas com indivíduos atuantes no processo de retomada da Terra Potiguara da Aldeia Três Rios, Marcação/PB, no segundo momento aplicamos um questionário ao gestor escolar e aos professores das disciplinas específicas da educação indígena diferenciada da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima. Em seguida, realizamos a análise das informações para obtermos os resultados aqui apresentados.

Palavra-chaves: 1. Aldeia Três Rios; 2. Potiguara; 3. Educação indígena.

ABSTRACT

The aim of the work is “differentiated indigenous education and the resumption of Potiguara land in Aldeia Três Rios-Marcação/PB”. Its general objective is to: Analyze the relationship between the resumption of land and indigenous education in Aldeia Três Rios- Marcação-PB; and specific objectives: a) Map the occupation space of the Potiguara indigenous peoples of Paraíba; b) Identify in a systematic and chronological way the resumption of indigenous land in Aldeia Três Rios/PB; c) Identify the differences in indigenous education in Aldeia Três Rios/PB. Regarding the theoretical contribution, we are based on authors such as BRANDÃO (2007), NASCIMENTO (2017), MARQUES (2009), LAKATOS E MARCONI (2010), FREIRE, Paulo. *Pedagogy of the Oppressed*. Paz e Terra, 2018, BOURDIEU (1979), ARRUTI (1995), BARCELLOS (2005), FREIRE (2018), PALHANO SILVA (2013; 2023), among others. Regarding the methodology, after delving into the readings of literary works that deal with the object studied here, in the first moment we carried out interviews with individuals active in the process of retaking the Terra Potiguara of Aldeia Três Rios, Marcação/PB, in the second moment we applied a questionnaire to the school manager and teachers of the specific subjects of differentiated indigenous education at the Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima. We then analyzed the information to obtain the results presented here.

Keywords: 1.Aldeia Três Rios; 2. Potiguara; 3. Indigenous education

INTRODUÇÃO

Esse trabalho possui singularidades que se expressam no seu objeto: “da educação diferenciada indígena e da retomada da terra Potiguara na Aldeia Três Rios-Marcação/PB”. Bem como no seu objetivo geral: Analisar a relação entre a retomada da terra e a educação indígena na Aldeia Três Rios-Marcação-PB; e em seus objetivos específicos: a) Mapear o espaço de ocupação dos povos indígenas Potiguara da Paraíba; b) Identificar de forma sistemática e cronológica a retomada da terra indígena da Aldeia Três Rios/PB; c) Identificar os diferenciais de uma educação indígena na Aldeia Três Rios/PB.

O trabalho de pesquisa foi fundamental sobre o tema, pois o mesmo tem sido pouco explorado, identificou elementos para essa necessária sistematização e possibilitou visualizar de forma panorâmica a trajetória social da etnia Potiguara, seja quanto a instalação da escola diferenciada indígena e quanto a retomada da terra indígena da Aldeia Três Rios - Marcação/PB. Acrescente-se o seu valor para a academia que precisa se alimentar dessas fontes de informações naturais. Além do mais, o autor é um sujeito pedagógico indígena Potiguara residente na aldeia Três Rios, que sente-se responsável em coletar dados, analisar, sistematizar, redigir e publicar sua memória, para que as presentes e futuras gerações tenham acesso a esses materiais de estudo que são peças históricas sobre o Povo Potiguara. “É um compromisso. Na medida em que me sinto como sujeito, tendo curiosidade e buscando entendê-la, percebo que amplia meu pertencimento e identidade enquanto um pedagogo indígena Potiguara” [o autor].

Por tanto, no trabalho serão tratados dois fenômenos estruturais que vinheram à tona logo após a emergência Étnica descrita por ARRUTI (1984), quando os Potiguaras rompem com o silenciamento e passam a vivenciar sua cultura de forma pública, pois retomam os hábitos de suas tradições e ancestralidades. A título de registro, os Potiguara haviam deixado de dançar o toré em público, só o fazia no interior das matas. E com a emergência étnica passou a fazê-lo publicamente; igualmente: retomam o uso dos adornos em seus corpos – brincos, pulseiras, cocas; retomam também as pinturas uso do maracá com desenhos de animais, plantas e objetos de rituais; voltam a fazer o uso das músicas, tendo uma musicalidade que

ganha ritmo e melodia. A rica cultura progressivamente vai sendo retomada, vivida, expandida entre as gerações. E, nesse sentido, tanto os Troncos Velhos, como os educadores, os Pajés assumem papel de difusores da cultura.

Uma informação valiosa: tendo em vista ser um Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tempo é exíguo, optamos por tratar da educação indígena diferenciada e da luta pela terra, visto que são processos importantes e recentes, com poucos registros. Mesmo sabendo que há um largo passado recheado por inúmeras lutas sociais, não é o intuito desse trabalho tratar desse aspecto histórico. Sabe-se que os Potiguaras travaram batalhas históricas para defesa do território e do seu povo, seja contra os invasores estrangeiros Espanhóis e Portugueses, além da luta contra os Indígenas Tabajaras. Lutas travadas nas terras dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992). Mas a paz duraria até a chegada dos holandeses e sua aliança com os Potiguaras, que com “eles contratarão (...) casando com suas filhas” (CARDIM, 1939, p. 101-102).

A Aldeia Três Rios, Marcação/PB, tem data histórica comemorativa em 04 de agosto de 2023, data em que somam o 20º aniversário de retomada das suas terras. Assim, para reforçar e comemorar essa data escolhi pesquisar sobre essa temática de grande importância para a etnia Potiguara da Paraíba. A sistematização poderá possibilitar em conhecimento e publicidade dessa luta indígena, inclusive as dificuldades enfrentadas e das conquistas alcançadas. Claro, compreende-se que a luta não terminou, pois o povo indígena encontra-se em processo de organização e luta. Graças as forças dos nossos ancestrais que nos resguarda de toda a maldade humana que desejam tirar dos povos indígenas, visto que é um dos nossos direitos, a terra. Por conseguinte a isto, nos amparamos no Capítulo VIII da Constituição Federal de 1988, para reforçar os direitos indígenas relacionados a terra, em seu Art. 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos

rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Da Ordem Social 133

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes,

ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º . Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 2016, P: 133)

No tocante à presente temática, lembro-me que cresci vendo as terras da Aldeia Três Rios – Marcação/PB, sendo ocupadas por plantações de cana-de-açúcar e hoje vejo um novo cenário, pois o povo indígena encontra-se usufruindo das terras que são suas por direito, construíram suas casas, alguns praticam a agricultura plantando: macaxeira, mandioca, milho, feijão, inhame, dentre outros produtos, outros praticam a pesca em busca de suprir as necessidades de sua família. Logo, essa pesquisa sobre a retomada da Aldeia Três Rios e a sua relação com a educação indígena diferenciada traz diversos benefícios para a quem possa interessar:

a) apresentar um aporte teórico e prático para trabalhos futuros; b) registrar a história desse lugar e seus sujeitos coletivos que enfrentaram as lutas sociais pela terra e equipamentos sociais; c) destacar a escola indígena potiguara em escola diferenciada indígena; d) e sistematizar informações sobre a homologação das terras, visto que, a mesma localiza-se na TI de Monte-mor e está em trâmites judiciais requerendo a homologação. A retomada da luta em 1983 tem a perspectiva da retomada da terra, vejamos a seguir:

A ação da retomada foi inaugurada em 1983 quando se demarcou o total de 21.238 hectares como TI presente nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição.

No ano de 1993, homologou-se a TI de Jacaré de São Domingos, com 5.032 hectares. A TI Potiguara de Monte-mor ainda apresenta uma área de 7.487 hectares que está em questão judicial. (Barcellos, 2010 apud Nascimento e colaboradores, 2017)

Visando, atender o objetivo desse trabalho buscamos compreender a relação entre a retomada da terra e a educação diferenciada indígena na Aldeia Três Rios-Marcação- Paraíba/PB, e os objetivos específicos Mapear o espaço de ocupação dos povos indígenas Potiguara da Paraíba; Identificar de forma sistemática e cronológica a retomada da terra indígena da Aldeia Três Rios/PB; Identificar os diferenciais de uma educação indígena na Aldeia Três Rios/PB. Para nos dar suporte teórico para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizamos Marques (2009) e Araújo e colaboradores (2023) para nos embasar sobre o processo de retomada da Aldeia Três Rios; nas obras dos teóricos José Mateus do Nascimento e Paulo Roberto Palhano Silva referentes à educação potiguara (2017); Santos, Pedro Lôbo dos e Silva que traz a importante contribuição quanto a educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguara na Paraíba/Brasil (2022). Brandão (2007) em relação ao estudo sobre a educação; Lakatos e Marconi (2010) para suporte metodológico; Cunha (1992) sobre a história dos índios no Brasil. Na Aldeia Três Rios temos uma educação indígena que além das disciplinas obrigatórias são lecionadas a Língua Tupi, Arte e Cultura e Étno-História, visando o aprendizado sobre as bases culturais da nossa etnia e preparando desde cedo as novas gerações a reconhecer a sua própria história, os seus direitos e os seus deveres. Como afirma,

A educação diferenciada ou educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta da etnia potiguara, pois acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Exigem uma política mais definida para a educação, com respeito à construção de um currículo ou proposta pedagógica que considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalismo, da religiosidade e tradições. (Nascimento; Barcellos, 2017, p. 17)

Logo, percebemos a importância das escolas localizadas em áreas indígenas que passaram a ser “diferenciadas” em oferecer além das disciplinas regulares, mas também as disciplinas específicas indígenas, que visam a valorização e perpetuação da cultura Potiguara, sendo importante desde cedo para os curumins. As escolas

nas aldeias indígenas vão passar por uma revolução educativa, pois aderem ao sistema curricular diferenciado, onde estão presentes a interculturalidade, o bilinguismo e o comunitário.

Vejamos como todo o conteúdo foi distribuído por capítulos:

No primeiro capítulo, aborda o Povo Potiguara: gênese, pertencimento e identidade tupi-guarani;

No segundo capítulo, apresenta o Povo Potiguara da Aldeia Três Rios, cuja população sofreu um cerco histórico através do cultivo da cana-de-açúcar;

No terceiro capítulo, dialogamos a respeito da existência de um sujeito coletivo indígena Potiguara que emerge como uma liderança natural, representa a comunidade e de forma coletiva consegue planejar e definir os espaços sociais na aldeia Três Rios;

No quarto capítulo apresentamos os Sujeitos Potiguara: Lideranças Naturais presentes na história da Aldeia Três Rios.

No quinto capítulo, tratamos sobre a educação diferenciada indígena Potiguara; E temos as considerações finais, onde está apresentado a visão do autor. E, por fim temos as referências e os anexos.

Vale destacar o detalhamento da pesquisa:

a) Este trabalho de pesquisa foi realizado na Aldeia Três Rios, Marcação-PB, com o intuito de identificarmos como ocorreu o processo da retomada da terra e a educação indígena potiguara da referida aldeia. A pesquisa sucedeu através de estudos qualitativos que de acordo com Lakatos e Marconi (2010), a metodologia qualitativa interpreta os dados de forma mais profunda e detalhada; e bibliográficos para um aporte teórico do tema em estudo, e através de entrevistas realizadas com o objetivo “da obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas.” (Lakatos e Marconi, 2010, p.278), para uma análise panorâmica do objeto de estudo trabalhado.

b) No 1º momento foram realizadas entrevistas com integrantes atuantes no processo de retomada das terras da referida aldeia indígena. Sendo indispensável para o objeto de estudo pois, “Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado.[...] O pesquisador visa aprender o

que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2013, p. 108).

c) A Coleta de dados foi realizada em dois momentos: no 2º momento foi aplicado um questionário que é definido por Severino (2013), como um “Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” ao gestor escolar e aos professores das disciplinas específicas indígenas da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, para identificarmos os pontos diferenciais da educação indígena desta comunidade escolar;

d) O método de avaliação foi dedutivo que para Marconi e Lakatos (2010, 256) é o “Processo pelo qual, com base em enunciados ou premissas, se chega a uma conclusão necessária, em virtude da correta aplicação de regras lógicas.” Nessa perspectiva, após a aplicação desses procedimentos almejamos nossos objetivos de pesquisa. A partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa materializada em um estudo bibliográfico e empírico com aplicação de questionário e realização de entrevistas para reforçar uma análise a partir do ponto de vista e relatos de pessoas que presenciaram, vivenciaram e vivenciam direta e indiretamente essa narrativa.

Assim, foi sendo tecida essa peça de TCC, no qual o cotidiano é visitado, realçando suas belezas naturais, seus equipamentos, e em especial, trazendo para dentro do trabalho os personagens, o sujeito coletivo que foi constituído e tornou-se o condutor da luta pela escola e pela terra, ou melhor, pela organização social e orientação produtiva para gerar uma conduta da *práxis libertadora, como expressa Paulo Freire*. A autêntica libertação “não é uma coisa que se deposita nos homens e nas mulheres. Não é uma palavra oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e reflexão dos homens [e das mulheres] sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 93). Sem práxis, “é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 1987, p. 52).

1º CAPÍTULO:

O POVO POTIGUARA: GÊNESE, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE TUPI-GUARANI.

1.1.Da gênese cujo pertencimento identitário integra a família linguística do Tupi-Guarani.

O povo Potiguara de família linguística do Tupi-Guarani, historicamente encontra-se situada no Nordeste do Brasil, em especial na Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e outros. Na Paraíba, no presente, o território Potiguara encontra-se composto por 32 aldeias, a saber: Em Marcação: 1.Aldeia Três Rios; 2.Aldeia Tramataia; 3.Aldeia Camurupim; 4.Aldeia Brejinho; 5.Aldeia Jacaré de Cesar; 6.Aldeia Jacaré de São Domingos; 7.Caieira; 8.Carneira; 9.Grupiúna; 10.Aldeia Val; 11.Aldeia Coqueirinho; 12.Aldeia Estiva velha; 13.Aldeia Ybykuara; 14.Aldeia Grupiúna dos Cândido; 15.Aldeia Lagoa grande. Em Baía da Traição: 1.Aldeia São Francisco; 2.Aldeia Alto do Tambá; 3. Aldeia Benfica; 4. Aldeia Bento; 5.Aldeia Boréu; 6.Aldeia São Miguel; 7.Aldeia Akajutibiró; 8.Aldeia Cumaru; 9.Aldeia Silva da Estrada; 10.Aldeia Forte; 11. Aldeia Lagoa do Mato; 12.Aldeia Santa Rita; 13.Aldeia Laranjeira; 14; Aldeia Tracoeira. E em Rio Tinto:1.Aldeia Monte-Mór; 2.Aldeia Jaraguá; 3 Aldeia Silva do Belém. São 32 mil hectares de terras contínuas e 22 mil habitantes indígenas. (IBGE, 2023)

Ao estudar as origens e trajetória do Povo Indígena Potiguara, Palhano Silva (2023) vai caracterizar a sua gênese cujo pertencimento identitário integra a família linguística do Tupi-Guarani.

O Povo Indígena Potiguara das terras de Acajutibiró tem em sua gênese o pertencimento identitário da família linguística Tupi-Guarani. Situado na Paraíba é caracterizado como 'Povo Resistente' por nunca ter abandonado suas terras; 'Povo Guerreiro' por enfrentar em batalhas os invasores Franceses, Holandeses e Portugueses, mesmo banhado a terra com seu sangue. 'Povo vencedor' por manter-se em seu território sagrado formado por terras contínuas entre Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, em dimensão de 34.300 hectares de terra, sendo em 22 mil habitantes vivendo em 32 aldeias indígenas, após emergência étnica. (ARRUTI 1995). (Palhano Silva, 2023, p.2-3)

Outro registro valioso feito reunido por Palhano Silva (2023), trata do pertencimento e identidade Tupi dos Potiguara, a partir de registros históricos dos

cronistas

FRANS MOON (2008) faz o seguinte registro: “Os documentos históricos são unânimes em afirmar que os Potiguara eram índios tupi. O cronista Gabriel Soares de Sousa, em 1587, informa que os Potiguara “falam a mesma língua dos Tupinambá e Caeté, tem os mesmos costumes e gentilidades”. Sobre os Tupi e Tupinambá, nomes genéricos para os índios que no início do Século XVI habitavam o litoral do Brasil, existem excelentes estudos de Alfred Metraux (1928), Estevão Pinto (1938) e Florestan Fernandes (1949, 1952), todos baseados em informações de cronistas coloniais”. Há outros teóricos, como: Estevan Palito (2005), Palhano Silva (2012), BARCELLOS (2012), NASCIMENTO & PALHANO SILVA (2012), MARQUES (2009) e CINESIO (2018), que pesquisam a temática histórica e fenômenos da étnica Pototiguara. (Palhano Silva, 2023, p.2)

No entanto, como veremos, o uso da língua Tupi foi arrefecida, tanto pelo processo de catequização imposto pelos estrangeiros, como pelo processo de branqueamento imposto pela Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT (Indústria textil instalada em 1917 em Rio Tinto – PB e entrando em funcionamento em 1924).

Se no passado registra-se, a existência de um longo processo de opressão exercido pela catequização e posteriormente pelas normas advindas do sistema fábri, dentre outros, provocando um conjunto de mudanças e variações no curso histórico Potiguara ocasionando o arrefecimento da língua, pois os Potiguara deixaram de falar fluentemente no cotidiano a sua língua materna, o Tupi. No presente, emerge significativo movimento visando a revitalização da língua materna.

Na contemporaneidade, há um movimento de educadores indígenas da língua materna no chão das escolas indígenas. Trata-se de uma ação pedagógica sendo realizada nos sistemas escolares (municipal, estadual e federal) visando o aprendizado da linguística Tupi-Antigo. As escolas indígenas situadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição já possuem um conjunto de práticas educativas regulares sendo ministradas para os curumins e jovens, constituindo um grande avanço no fortalecimento étnico Potiguara. Essa ação educativa é apoiada pelo sistema hierárquicos (cacique geral, caciques e conselho de lideranças) dos Potiguara, pelas as instituições e organismos indígenas, o que poderá no futuro termos uma grande relevância nesse processo de retomada do Povo Potiguara da vivência e fluência da língua Tupi-Guarani.

Há um esforço dos educadores em conduzir esse processo de pertencimento identitário integrando a família linguística do Tupi-Guarani. Inclusive, os educadores indígenas nesse ano de 2023 chegaram a elaborar e entregaram uma proposta de

livro didático [“Tupi Potiguara Kuapa”] a Secretaria de Educação da Paraíba, mas a impressão e distribuição não se concretizou. Esse mesmo grupo de educadores indígenas iniciou um movimento que pretende renovar a luta pela educação do Tupi. Nesse sentido, Mateus Ferreira da Silva, Educador Indígena de Tupi Potiguara Kuapa e Palhano Silva (2023), escrevem artigo na disciplina Educação Indígena Potiguara “RESILIÊNCIA E REVITALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA POTIGUARA: Da Colonização com a instalação da Língua Potiguara a República com as ações da Proibição. A nova emergência: o “Tupi Potiguara Kuapa”.

O citado artigo tem como objeto a resiliência e revitalização linguística Potiguara. Como objetivo buscar-se-á identificar os marcadores da revitalização de sua língua; E, como objetivos específicos perceber as características vivenciadas pela etnia Potiguara, desde a colonização aos períodos das proibições: a repressão linguística durante a colonização refletiu poder de dominação. Já a intervenção governamental da Ditadura Militar impôs o declínio e fechamento do SPI, órgão oficial do governo para assuntos indígenas, e criou tutelada a FUNAI que auxiliou a revitalização linguística.

Nos anos 2000, registra-se a ação do pesquisador indigenista da USP, Eduardo Navarro, o mesmo ministra curso de Tupi Antigo para 117 educadores da rede pública, mas apenas 17 destes educadores conquistaram a certificação. Abria-se uma nova Era para educação indígena, pois os 17 educadores passaram a ministrar aulas da língua mãe em escolas da rede e nas práticas comunitárias. Almir Leite, por exemplo, sistematizou sua ação nas escolas indígenas da Baía, além de formar educadores Potiguara.

No período do Marco Temporal sobre a questão da terra indígena no Brasil, emergiu no território Potiguara uma nova e promissora iniciativa: um coletivo de jovens educadores Potiguara, por desempenharem atividades com o ensino da língua Tupi, seja nas salas de aulas ou eventos na comunidade, organizam um livro denominado de “Tupi Potiguara Kuapa”. São momentos distintos, mas articulados visando a revitalização linguística, a reafirmação cultural e identitária da etnia Potiguara. Verifica uma trajetória marcada pela interconexão entre poder, identidade, educação e revitalização linguística Tupi Potiguara Kuapa.

Deve-se registrar que esses educadores Potiguara já estão lecionando com a matriz da linguística Tupi Potiguara Kuapa, oriunda do Tupi Antigo, o que tem alavancado o processo de ensino-aprendizagem e gosto pela língua materna.

1.2. Referências geo-étnicas da aldeia Três Rios:

Foto nº 1



Fonte: Internet, 2024. Mapa do Estado da Paraíba indicando a localização do município de Marcação, situado no litoral norte.

Como o objeto de estudo está situado no “locus” do município de Marcação – Marcação situa-se na Paraíba, na Região Geográfica Imediata de Mamanguape-Rio Tinto, trazemos algumas informações relevantes. De acordo com o Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2006 sua população era estimada em 6 799 habitantes, 77,5% dos quais indígenas do povo Potiguara. Mas, informações do IBGE demonstrou que foi o município que a população chegou a 8.999 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 18,27% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município possui uma área de 123 km².

Marcação está localizado a 66 km da capital do estado, João Pessoa, na Microrregião do Litoral Norte. Apresenta uma superfície aproximada de 123 km², representando 0,2177 do percentual da área do Estado da Paraíba, 0,0079 da microrregião e apenas 0,0014 de todo território brasileiro.

O município acha-se situado entre as coordenadas geográficas de 06° 46' 12" de latitude sul e 35° 00' 48" de longitude oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com os municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, ao Sul e oeste com o município de Rio Tinto e a leste com o Oceano Atlântico. Outro dado histórico é que o distrito de

Marcação foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 5.913, de 29 de maio de 1994, desmembrado de Rio Tinto.

O que é destacado: o município de Marcação encontra-se situada entre os municípios de Rio Tinto e Baía da Traição. Os três formam as terras Potiguara.

Passamos ao locus desse trabalho, onde passaremos a trazer as fontes reflexivas, didáticas e metodológicas para poder situar o objeto e objetivo dessa peça de TCC: a educação indígena direfenciada e a luta pela terra na Aldeia Três Rios – Marcação – Paraíba.

Por tanto, estamos diante de um Povo Potiguara:

- a) que se mantêm em unididade e reproduz as profundas relações sociais e culturais com a sua mãe terra, inclusive sempre se manteve concervando no mesmo território;
- b) que sofreu processo de opressão identitário. Em nome da catequização e colonização foram deixadas marcas profundas no território, inclusive foram erguidos templos religiosos e que ‘objetivavam’ a Fé; O Cacique Caboquinho, Aldeia Forte e Doutor Honoris Causa pela UFPB, em conferência no CCAE-UFPB, Auditório Paulo Freire, em 16.04.2024, manifestou que o processo de colonização junto ao povo Potiguara deu-se pelas sucessivas invasões: primeiro foram os Franceses, depois Portugueses, seguido dos Holandeses e voltaram os Portugueses;
- c) que ultrapassou longos períodos de guerra, mas manteve-se unido;
- d) que desde sua gênese produziu um pertencimento identitário que tem como base de sustentação a produção de relações sociais e culturais [Rituais do Toré da Lua Cheia, Histórias-lendas-contos, Cultivo de produtos, Rezas, Curas, dentre outros];
- e) e que pela ação pedagógica dos educadores a família linguística do Tupi-Guarani e da linguística Tupi Potiguara Kuapa se irmanam para fortalecer o povo Potiguara em sua trajetória;

O povo Potiguara caminha apoiando pedagogicamente em seu pertencimento identitário, sendo resistente e resiliente, cultivando sua indianeidade, e tendo a capacidade de avançar em sua história. Vamos continuando nas trilhas Potiguara.

2º CAPÍTULO:

POVO POTIGUARA DE TRÊS RIOS SOFREM COM O CERCO DA CANA-DE-AÇÚCAR.

2.1. O Cerco histórico gerou empobrecimento econômico, cultural, político e étnico.

Iniciamos registrando que a história da Aldeia Três Rios é antiga e cheia de lutas indígenas pela sua libertação.

Ao longo da história, a região que se configurou em Aldeia Três Rios sempre sofreu com o cerco realizado pelos usineiros que plantavam a cana-de-açúcar. Porém, só recentemente ganhou vulto devido as mudanças ocorridas, tanto nas relações sociais – devido à organização social-, como nas relações da base produtiva – a terra como espaço de produção, o que gerou uma narrativa, a partir das ações coletivas que foram sendo realizadas pelos indígenas Potiguara.

Entrava ano e saía ano, e os Potiguara sofriam com o cerco da cana-de-açúcar, trazendo um conjunto de consequências, como:

- a) a falta de terra para o cultivo da agricultura branca;
- b) a falta de espaço para situar novas residências;
- c) a população indígena do lugar crescia exponencialmente; e
- d) a falta de espaço para instalar equipamentos públicos/comunitários;
- e) a fuligem da cana-de-açúcar que caía sobre as casas, animais e indígenas;
- f) as doenças geradas pela, fuligem, veneno, inseticidas, pesticidas; e
- g) dentre outros.

Esses e outros aspectos produziam uma condição de vida muito ruim para os indígenas que optavam em permanecer na área e proteger a sua mãe terra. O desafio maior era a cana-de-açúcar que realizava o cerco das famílias indígenas Potiguara. O usineiro não queria apenas que os indígenas trabalhassem no corte e cultivo da cana, inclusive pagando salários baixos, aviltantes, extraíndo a Mais-Valia. O usineiro queria de fato era a posse da terra indígena, daí aplica um conjunto de ações as quais Bourdeiu (1999) denomina de violência simbólica, pois visam molestar e afastar

os indígenas da terra.

Para efeito didático de compreensão, podemos pensar em dois desenhos/imagens: 1º) uma geografia da Aldeia Três Rios desenhada com um perfil da década de 1980;

2º) outro desenho/ imagem formada a partir de 2003.

Vamos explicar: inicialmente, até 1980, havia um canavial de um lado da PB 041 e do outro as casas dos habitantes em grande maioria indígenas. A cidade de Marcação era separada do canavial pela estrada estadual. Logo após 1980 tem início um processo de reuniões para discutir a situação da terra, pois os indígenas estavam sem terra para morar e plantar. A população cresceu.

Os confrontos não foram suficiente para que o canavial fosse extinto. O canavial seguia seu cultivo com métodos tradicionais, pois utilizava-se defensivos químicos e a fuligem – da palha da cana- recaia sobre as residências e consequentemente, prejudicando os animais, os vegetais e os habitantes do lugar.

Nascimento e Barcellos (2017) chegam a registrar um conjunto de confrontos promovidos pelos usineiros por toda a região do Vale do Mamanguape-PB. Por tanto, os confrontos não eram apenas com os indígenas. Vejamos:

Na região do Vale do Mamanguape-PB, o embate ocorre com os usineiros, produtores de álcool-combustível e açúcar que visam o lucro, ignorando as fronteiras da reserva indígena. Em muitos casos, os tratores funcionam como armas para derrubar os marcos fincados na terra pelas lideranças indígenas. (Nascimento e Barcellos, 2017, p.19)

O desenho vai sendo alterado na medida em que o processo se torna mais conflituoso: de um lado a usina e seus prepostos – capangas - e do outro os indígenas Potiguara que almejavam as terras da Aldeia Três Rios.

Entre idas, embates e vindas, o desenho passou a ficar alterado, pois processo tornou-se cada vez mais conflituoso, porém de modo lento e perigoso, cheio de ameaças sofridas pelos indígenas Potiguara que foram desferidas pelos “capangas da usina Japungu, cuja ações eram diversas: intimidação, ameaças, atos para gerar medo. Ou seja, um conjunto de atos e ordens detalhadas e ditadas para afastar os indígenas da terra. Dizendo de outra maneira: uma violência física e simbólica (Bourdieu, 1999) visando gerar intimidações que afastassem os indígenas Potiguara da sua mãe terra.

A educação dialógica liberta e produz as condições para criar uma

contraposição da violência simbólica. Os indígenas Potiguara frente a opressão e estimulados pelo diálogo iniciam mudanças em suas condutas a partir de uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos.

o homem para isso por meio de uma educação autêntica: uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue. Isto obriga, a uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos” (Freire, 2001, p. 45). Uma educação libertadora não pode valorizar assuntos com palavras alienadas, mas precisa estabelecer uma “aprendizagem para nomear o mundo o processo de alfabetização como ação cultural para a liberdade é o ato de um sujeito cognoscente em diálogo com o educador” (Freire, p. 87-88).

Essa revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação só é possível pelo diálogo, onde o educador e educando se encontram. “O educador humanista revolucionário precisa, junto com os alunos, empreender uma ação crítica e de humanização, propiciando uma relação de diálogo. (Freire, 2001).

Pode-se resumir: o cerco histórico levou ao empobrecimento econômico, cultural, político e étnico. Econômico: falta de espaço para plantio e desenvolvimento das forças produtivas; Cultural: a imposição do medo impedindo manifestações culturais, como o desenvolvimento do artesanato e formas de produção e religiosas; étnicas: proibição das atividades sagradas, a exemplo do Toré. O cerco era a sujeição e os oprimidos aceitavam por causa de suas condições impostas pelo opressor.

Em 04 de agosto de 2003, esse desenho vai mudar radicalmente, tenho em vista a realização de novos contornos, onde os indígenas Potiguara ao ocuparem a terra recebem as ameaças dos proprietários da usina. Os indígenas Potiguara rompem com a opressão e reagem de forma pedagógica, pois a ação realizada foi coletiva e tendo uma finalidade: a libertação.

Como reflete Freire (2001), os oprimidos tem a capacidade de promover mudanças, pois ao se engajam no processo de conscientização, rompem cerco e instalando novo momento histórico.

2.2. Os Potiguara afagam a Mãe Terra e vendem a violência simbólica:

Na medida em que os indígenas Potiguara percebem a necessidade de produzir uma reação a violência simbólica, esses partem para novas ações mais

ousadas: 1º Momento: entram na terra, capinam, plantam e constroem uma cabana; 2º Momento: se mantem na terra e fazem da cabana uma casa de taipa, coberta com telha. Se a primeira representa um marco provisório; a Segunda representa um marco forte, uma fortaleza.

Foto nº: 2



Fonte: arquivo desconhecido. Agosto/2001.
Autor(a): Desconhecido. Cabana construída pelos indígenas no início da retomada das terras. (IN: Lima, 2016).

Foto nº: 3



Fonte: arquivo desconhecido: Agosto/2001.
Autor(a): Desconhecido. As primeiras 10 casas construídas na terra da Aldeia Três Rios no ano 2001 (IN: Lima.2016)

Na foto de nº 2 pode-se observar que temos uma cabana, erguida por poucos paus e coberta de palha. Nela observa-se a presença de homens e mulheres, jovens e crianças, indígenas Potiguara que estão em intenso movimento de relações sociais podemos observar alguns indígenas reunidos em uma cabana acampados no processo de retomada da terra Potiguara da Aldeia Três Rios. Essa foto enriquece o nosso imaginário em relação a esse processo. Indígenas que viveram o momento, ao se referirem a tal momento, logo lembra da cabana e do que se fazia. A mesma era local de encontro dos indígenas, onde se realizava as rodas de conversas, as definições políticas e educativas entre os indígenas da aldeia Três Rios. É embaixo da cabana que se transforma em uma oca que também serve como uma cozinha. Onde os sujeitos fazem o café, o almoço. O sujeito vai ao encontro dos seus objetivos e interesses, pois se situam todos e todas unidos como sujeitos coletivo de um povo

de origem étnica Potiguara. Aos poucos esse sujeito individual e de ação em grupo se torna um sujeito coletivo.

Na foto de nº 3 pode-se observar a mesma cabana com uma nova feitura, pois encontra-se com uma cobertura de telha e suas laterais com diversas madeiras, tendo o objetivo de fazer uma casa de taipa. Por tanto, os indígenas enquanto sujeito coletivo atuaram no processo e transformaram a cabana em casa de taipa, significando um ganho de forças, um ganho de resistência. A cobertura da cabana simboliza que o sujeito coletivo avançou e conquistou a retomada da terra, como um fazer educativo: a cabana foi a primeira conquista; a casa de taipa foi a segunda conquista; ambas trouxeram o aconchego necessário por ser um espaço aglutinador dos sujeitos que dialogavam o que fazer para avançar na conquista da terra, e certamente, nas conquistas subsequentes, como a escola, e a sua transformação em escola. Mas, esse avanço só foi possível graças a constituição do sujeito coletivo, pois anteriormente, o indivíduo pensava em conquistar a terra, mas não tinha forças física, ideológica e organizacional suficiente para fazer a batalha.

Daí, pode-se dizer que nesse simples espaço gera-se relações sociais, novas ou são reforçadas, fortalecidas. Os indígenas se transformam em sujeito coletivo que: se transformam em sujeitos dialógicos; ao se transformar em sujeito coletivo e dialógicos se transformam simultaneamente em sujeito educativo libertador.

Para Sader o Sujeito Coletivo possui força por representar anseios, medos, motivações, relações sociais e reconhecimento simbólico. Vejamos:

Se pensamos num sujeito (..) nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui (..) mas essas demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico encontram-se, antes dos discursos, apenas em estado de existência virtual. (..) é claro que, quando nos referimos a essa existência virtual antes dos discursos, trata-se apenas de uma situação lógica, já que tais demandas jamais existem nesse estado mudo; em cada situação concreta se encontram materializadas de um modo particular. (Sader, 1988, p.58)

O desconhecido, as ameaças, as consequências desse processo eram incertas, poderiam ser positivas ou negativas. Atualmente, percebemos que se hoje em dia a aldeia Três Rios vive, foi graças a coragem do povo Potiguara que apesar das ameaças advindas da Usina Japungu, não se amedrontaram, podemos observar na (foto nº 3) que constuíram as primeiras casas na aldeia após a retomada das terras que estavam sendo utilizadas pela Usina para a plantação da cana-de-

açúcar, sendo esse o acontecimento que deu início da concretização de mais uma conquista do povo Potiguara.

Como consequência desse processo no dia 04 de agosto de 2003, a aldeia Três Rios completou seu 20º vigésimo aniversário comemorando a retomada de forma coletiva de suas terras, que antes abrigavam um enorme canavial. Entretanto, atualmente a realidade é bem diferente, apesar de suas terras ainda não terem sido homologadas, ao adentrar nesta aldeia o que vemos são casas de alvenaria ou taipas, uma igreja católica, uma praça, um posto de saúde, pequenos pontos de comércio, um campo de futebol e uma escola em construção, de modo geral, podemos observar como a Aldeia Três Rios após o seu ressurgimento cresceu e está procurando cada vez mais manter a chama da cultura Potiguara acesa. As condições objetivas, materiais e espirituais vivenciadas pelos sujeitos indígenas Potiguara sofreram transformações, mudaram da precariedade para uma melhoria social das vidas étnicas humanas indígenas Potiguara.

Pouco a pouco, como lembra o teórico Eder Saber: a conquista da terra gera um sujeito coletivo. O sujeito coletivo para o Sader (2001), é constituído pela ação coletiva dos novos personagens entraram em cena com suas experiências, falas e lutas.

Pelas leituras realizadas e pela situação vivenciada na Aldeia Três Rios pode-se dizer:

- a) que foi fundamental para o processo de libertação da opressão a criação do sujeito coletivo, pois organizou a população, orientou a caminhada, definiu coletivamente os rumos do movimento;
- b) que teve importância central o sujeito coletivo, pois atuou com a participação educativa, onde todos os sujeitos indígenas Potiguara poderiam participar, opinar, envolver-se nas atividades cotidianas;
- c) que o sujeito foi capaz de realizar a mediação, reunir e estruturar muitas ações no cotidiano que deram sentido as lutas sociais e ampliaram as relações sociais;
- d) que o sujeito coletivo foi capaz de ser um sujeito dialógico, pois sua postura foi natural, seja de organizar, de unir e promove a síntese cultural, como manifesta Freire, na teoria Dialógica, em Pedagogia do Oprimido ou Autonomia (1987).

Os Potiguara afagam a Mãe Terra. Se por um lado moeda protegem a mãe terra das agressões e do afastamento dos seus filhos e filhas, por outro lado, lutam para ficarem cada vez mais junto da mãe terra, seja fazendo sua ocupação para plantar e morar de forma coletiva. Essas são formas educativas e pedagógicas, pois os sujeitos Potiguara aprendem à vencer a violência simbólica, e sobretudo a buscarem de forma coletiva a sua libertação.

3. CAPÍTULO:

SUJEITO COLETIVO INDÍGENA POTIGUARA É EDUCATIVO E CONSTRUTOR DE ESPAÇOS SOCIAIS NA ALDEIA TRÊS RIOS.

3.1. A força dos sujeito coletivo Potiguara.

O **sujeito coletivo** (Sader, 1988) é impulsionador educativo e pedagógico dos movimentos sociais indígena Potiguara. Educativo porque proporciona aprendizagem e sociabilidade; pedagógico pelo fato de possibilitar a compreensão dos processos.

Para Sader o Sujeito Coletivo é formado pelos sujeitos que estão associados a uma causa e optam por se unirem. Assim, os Potiguara, a partir das suas lideranças naturais, formam com os demais indígenas o movimento social com o sujeito coletivo. (Sader, 1988, p.58)

3.2. Os espaços de vivências:

E, pela formação do sujeito coletivo que se torna possível a conquista de um conjunto de espaços e equipamentos de vivências na Aldeia Tres Rios em Marcação - PB, pois os núcleos familiares indígenas eram desprovidos, tanto de sujeito orientador, como dos espaços sociais.

Os espaços de vivências (capela, praça, posto de saúde, escolas, campo de futebol, dentre outros) ao serem constituídos instauram condições materiais para que os sujeitos sociais (individuais e coletivos) possam fazer uso fruto, se beneficiando diante da sua versatilidade que oportuniza aos humanos. Alguns oportunizam a sociabilidade por ofertar condições de diálogo, da troca de experiências, de práticas de produção; outros o pertencimento por ofertar as condições para que os sujeitos sociais se sintam integrados à comunidade a qual participam; outros espaços são exuberantes por conceder o espaço para práticas expansivas do espaço.

Essa questão do espaço de vivência para o povo Potiguara se constitui como algo primoroso, fundamental, extraordinário. Os indígenas Potiguara saíram das matas para habitar em povoados, aldeias. As comunidades Potiguara detêm espaços geradores e ampliadores da identidade e do pertencimento dos seus membros a etnia.

Nesse sentido, vejamos alguns dos espaços de vivência da aldeia Três Rios:

A capela (foto nº 4) da aldeia Três Rios está localizada na rua principal desta aldeia e foi construída pela própria comunidade. No dia 12 de dezembro é comemorado o dia da padroeira a Nossa Senhora de Guadalupe com um grande festejo da comunidade católica. Sendo um lugar reservado para a comunidade católica renovar a sua Fé:

Foto nº: 4



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024),

A capela de Nossa Senhora de Guadalupe padroeira da Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

A praça Hercília Vicencia da Silva (Foto nº 5) da aldeia Três Rios está localizada ao lado da capela e foi construída pela Prefeitura Municipal de Marcação no Governo Tempo de Prosperidade da Prefeita Eliselma Oliveira da Silva em 2020. Sendo um espaço de descontração para as diversas faixas etárias.

Foto nº: 5

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024),
Praça Hercília Vicencia da Silva Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

O **posto de saúde (foto nº 6)** que está localizado ao lado da capela, também na rua principal da aldeia e recebeu o nome de Jurandir Alves Barbosa, em homenagem a um dos homens que ajudaram no processo da retomada das suas terras. A saúde é um tema fundamental para os indígenas na Aldeia Três Rios que recebem atendimentos: médicos, odontológicos, psicológicos, nutricionais, além do atendimento da enfermagem, entregas de kits de higiene bucal e não podemos deixar de ressaltar o acompanhamento vacinal que ocorre regularmente.

Foto nº: 6

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024),
Posto de Saúde índio Jurandir Alves Barbosa, Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

A Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo

de Lima, (fotos nº 7 e 8) foi nomeada em homenagem ao senhor Pedro Máximo de Lima, indígena da aldeia Mont-Mor que veio para lutar junto aos parantes da aldeia Três Rios, permanecendo todo o período de retomada durante esses 3 meses de acampamento, hoje falecido, foi o primeiro indígena a construir uma casa na aldeia Três Rios após a retomada das terras. Considerado um homem de coragem por participar desse processo tão arriscado que foi a retomada. A escola, atualmente encontra-se funcionando em um prédio alugado no centro da cidade de Marcação, visto que, na aldeia a escola foi demolida e encontra-se em construção.

Foto nº: 7



Fonte: Autor desconhecido. **Foto da antiga Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima**, na Aldeia Três Rios, Marcação/PB. (IN: Lima, 2016)

Foto nº: 8



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024), Foto da atual escola **Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima**, em construção, na Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

Na **(foto nº 9)** observamos a **Arena de futebol da Aldeia Três Rios** localizada na rua principal da aldeia e passou recentemente por uma reforma através da Prefeitura Municipal de Marcação no Governo Tempo de Prosperidade da Prefeita Eliselma Oliveira da Silva. É um local de divertimento dos futebolistas da nossa cidade e dos convidados, visto que, o futebol é um dos esportes que atraem bastante a atenção dos povos indígenas Potiguara que inclusive o praticam nos Jogos Indígenas da Paraíba, evento coletivo entre as aldeias realizado anualmente, sendo um momento de união, alegria e descontração.

Foto nº: 9



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024)
Arena o Renatão, localizada na aldeia Três Rios, Marcação/PB.

Recentemente alguns jovens da Aldeia Três Rios iniciaram o Projeto Curica localizado no antigo lixão da aldeia, com o propósito de revitalizar as áreas afetadas pela degradação do lixo e visando o reflorestamento e preservação dessa área. Antes o lixo que lá eram depositados atualmente são destinados ao local apropriado e não mais na nossa própria aldeia através da coleta de lixo semanal que ocorre na aldeia.

Foto nº 10



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024)
Projeto Curica, localizado na aldeia Três Rios, Marcação/PB.

O Projeto Curica (Foto nº 10) é outro espaço do povo Potiguara que nela habita. Estão buscando reavivar sua cultura cada vez mais, mas, se adaptaram bem ao mundo moderno no qual estão inseridos. Muitos residentes da aldeia das mais variadas faixas etárias são muito ativos nesse processo de revitalização e prática da cultura. Dentre eles podemos citar o ex-cacique da aldeia Josecy Soares da Silva,

que hoje exerce o cargo de Pajé; o professor indígena Joás Azevedo da Silva, experiente no manuseio das ervas medicinais; o professor José Romildo Araújo, se destaca no estudo da língua Tupi, dentre outros.

Eles buscam contribuir para reavivar a cultura Potiguar tão importante para o nosso povo, visando manter vivos nossas marcas culturais e repassando para os mais jovens ensinamentos seja sobre a nossa cultura, sendo atuantes na luta por nossa preservação de um modo geral. Sendo esses pontos importantíssimos para a afirmação de nossa cultura como afirma (Nascimento e Barcellos, 2017, p. 12)

O Projeto de reflorestamento do **Senhor José Salvino Mendes**, residente da Aldeia Três Rios (**Foto nº 11**). Um ex funcionário do IBAMA que teve a iniciativa de reflorestar áreas da aldeia Três Rios que foram degradadas pela ação do homem, principalmente pela a Companhia de Tecidos Rio Tinto-CTRT e pela a Usina Japungu. No tocante à preservação do meio ambiente, também somos conhecedores do projeto citado que visa o reflorestamento contribuindo e incentivando essa prática para todos os conhecedores de suas ações. Nós como povos indígenas e a nossa cultura somos dependentes da natureza e sem ela sadia não poderemos colocar em prática os nossos costumes como sempre fizeram nossos ancestrais, visando, dessa forma, a ação desenvolvida por esse senhor é de grande valia para fortalecer e reafirmar o nosso comprometimento com a terra. E ver a natureza se regenerar nos gera um ar de dever cumprido.

Foto nº: 11



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024)

Área de preservação José Salvino Mendes, localizada na aldeia Três Rios, Marcação/

Foto nº: 12



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024), **Casa de Farinha**, localizada na aldeia Três Rios, Marcação/PB.

A **casa de farinha** da aldeia Três Rios (**Foto nº 12**). Atualmente encontra-se desativada, mas, já presenciei muitas pessoas utilizando-a para fazer farinha, beiju, prática essa da cultura Potiguara. O processo da fabricação da farinha e do beijú se dá primeiramente com o cultivo da mandioca, quando a mandioca está pronta para uso, é feita a colheita, raspagem e preparação dos alimentos feitos através da base dela. Depois de pronto o produto final é destinado ao consumo ou até mesmo a venda.

Foto nº: 13



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2024), Rua Principal da Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

Na **Rua Principal da Aldeia Três Rios (Foto nº 13)**, estão interligados a capela, a arena de futebol, a praça, a escola, o posto de saúde desta aldeia, percebe-se que esta rua tem uma característica muito marcante de uma aldeia, que é o chão de terra batida.

4º CAPÍTULO:

SUJEITOS POTIGUARA: LIDERANÇAS NATURAIS PRESENTES NA HISTÓRIA DA ALDEIA TRÊS RIOS.

4.1. Entrevistas: Com primeiro Cacique da Aldeia Três Rios e o Pajé.

Em termos metodológicos passamos a apresentar duas entrevistas: a primeira foi realizada com o primeiro Cacique da aldeia Três Rios José Roberto de Azevedo Silva; e a segunda com o Pajé Josecy Soares da Silva, ambos da Aldeia Três Rios.

Em um primeiro momento os entrevistados foram contactados pelo dicente. E, nessa oportunidade as entrevistas foram devidamente agendadas e os mesmos foram entrevistados.

Em um segundo momento as entrevistas foram digitalizadas na íntegra, como estão expressas nesse capítulo.

Em um terceiro momento o orientador solicitou que as mesmas fossem analisadas, pois o texto apresentava apenas a visão dos entrevistados. A análise deveria ter claro, a necessidade de realizar conexões entre a teoria e prática.

A liderança revolucionária descrita por Freire, na Teoria Dialógica, produz uma ação de Co-laboração:

A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas, para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (Freire, 1918, p.114).

Para Freire o processo de “problematizar” é uma das condições para que o alienado rompa com a sua analienação e passe a compreender a realidade problema:

Problematizar, porém não é sloganizar, é exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. (Freire, 2018, p.115).

O importante é o rompimento da alienação e a transformação o mundo para a liberdade dos homens, reflexiona Freire:

Enquanto teoria-antidialógica as massas são objetos sobre que incide a ação da conquista, na teoria da ação dialógica são sujeitos também a quem cabe conquistar o mundo. Se, no primeiro caso, cada vez mais se alienam, no segundo, transformam o mundo para a liberdade dos homens. (Freire, 2018, p.215)

Tendo feito esse preâmbulo, vamos as duas entrevistas:

Primeiro entrevistado: José Roberto de Azevedo Silva mais conhecido como (Bel), nascido aos 13 de outubro de 1968 na cidade de Marcação pelas mãos de uma parteira, foi o primeiro cacique da Aldeia Três Rios, Marcação/PB. Atuante nas causas indígenas, mostrou sua força e coragem no processo de retomada, apesar de todas as adversidades por ele encontradas, manter-se firme com sua liderança, e hoje está permanentemente cravado na história da aldeia Três Rios.

Foto nº: 14



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal do entrevistado. Primeiro cacique da aldeia Três Rios, **José Roberto de Azevedo Silva**.

Pergunta 1: Quais são as principais lembranças que tem da época da retomada das terras da Aldeia Três Rios?

Resposta: “me lembro quando no primeiro dia nós estávamos aonde é a casa de Marco de Maria, nós entremo ali, junto com os índio de Marcação e meus familiares, naquela época não era todo mundo que tinha coragem, aí veio, veio índio de Monte Mor, da Vila Monte Mor, e de Jaraguá e se juntemo todo mundo ali, aí eu poucas das vezes pegava o enxadeco para arrancar a seiva da cana quem tava afrente arrancano era os menino mais novo né? na época que tinha mais força.” (José Roberto de Azevedo Silva, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2024)

Aqui percebemos a luta diante de algo totalmente incerto, e a coragem que os indígenas que participaram da retomada da aldeia Três Rios tiveram para enfrentar uma Usina tão poderosa como a qual enfrentaram e mesmo com poucos recursos se mantiveram firmes na união e prosseguiram rumo ao seu principal objetivo retomar as terras da aldeia Três Rios, para habitar, plantar, para viver. O líder indígena, líder natural como cita Freire ao tratar da Teórica Dialética, se manifesta como um mento natural no processo de “organizar”. Contar a história que viveram hoje é um orgulho, refletir o que poderia ter acontecido de mau é algo angustiante. Ao mesmo tempo, percebemos que sem luta não haveria vitória, e se caso eles não tivessem tido a coragem de ir em frente não existiria a aldeia Três Rios de hoje em dia. Muitos são os que usufruem da terra de Três Rios, mas, poucos foram os que se arriscaram para que elas retornassem a quem pertencia por direito. A tarefa que fica para a aqueles que não participaram seria o cuidado e preservação dessa terra e a contínua luta até a homologação delas.

Pergunta 2: Porque decidiram retomar as terras de Três Rios naquele dia?

Resposta: “Várias reuniões, nós vinha já comunicano o Cacique Geral que na época era Caboquinho, e Josafá que era o Chefe do posto na época, foi colocado assim que me colocaram como cacique, aí numa reunião lá no Forte e lá foi decidido que a qualquer momento nós ia, mas ninguém marcou data não, mas a data foi essa ...combinado com o cacique Aníbal que é de confiança, com cacique Vademar que tava vivo na época, é quem sabia também, Vademar que tava vivo na época ele era o cacique de Monte Mor, não era todos os caciques que estavam sabendo não porque era muito arriscado né? E ninguém podia dizer o que ia fazer, mas, no dia se juntemos e comecemos, comecemos ali.” (José Roberto de Azevedo Silva, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2024)

Percebe-se então que a retomada da aldeia Três Rios era um desejo antigo dos indígenas que necessitavam de mais espaço para construir suas casas, plantar seus roçados, criar seus animais, e como essa terra sempre pertenceu a eles, ao contrário do que a Usina Japungu pensava, seria o local propício para isso.

Entretanto, os indígenas agiram de forma cautelosa devido ao perigo e comentaram sobre essa retomada com pessoas de confiança, com receio do que poderia acontecer.

Pergunta 3: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas nesse processo de retomada do território da Aldeia Três Rios?

Resposta: “As principais dificuldades foi a ameaça, primeiro eu comuniquei a Funai[...] e dali vinhamos pra aqui pro meio da aldeia[...] Daí o juiz da comarca de Rio Tinto deu uma liminar pra eu mim afastar sair de dentro do terreno, mas, na saída minha já tinha uns dias o feijão, derrepente o feijão e o milho emoitou, mas eu obedeci o juiz, na época eu morava na cidade de Marcação, Três Rios não existia, existia lá embaixo né? Que nem sabemos da história antiga. Eu lá dentro de Marcação e os meninos, vinha na rua das canas e, lá da rua das canas dava pra ver tudo, aí quando os índios depararam eram umas 10 horas do dia, a usina botou um caminhão traçado e dois trator Jandira verde já tava sucado e uma ruma de trabalhador tudo vestido de azul já para plantar cana de novo e encima da roça que Quinha tinha plantado nesse terreno ele já tinha sucado a roça quase toda aí quando eu cheguei, aí eu dei uma ordem na época e os índios obedeceram, os índios obedeceram e fecho, começou a chegar os índios de Marcação, tava todo mundo afastado, cumprindo a ordem do juiz, então a ordem do juiz ele tinha um mês para ele resolver e a usina não cumpriu e eu quando vi aquilo ali, os índios foram lá em casa e me chamaram, me chamaram e eu corri, muito índio me acompanhou aí quando nós chegamos tinha um trator parado e o outro trabalhando, aí o que tava trabalhando ninguém conseguiu segurar porque[...] ele conseguiu sair com um trator Jandira verde, e uma savero vermei 0 quilômetros e o caminhão ficou preso, a comunidade se juntou e seguramos. Aí, durante esse dia aí a liminar do juiz da comarca de Rio Tinto ela caiu ela foi derrubada devido a ação da usina, então nós acampamos três meses, 90 dias pastoramos o caminhão, o trator e a savero e durante esses 90 dias a usina mandou os capangas pra botar eu pra fora. Mas, antes da usina fazer isso a Federal veio vasculhou as barracas tudinho pra vê se nós tinha arma, mas nós não tinha arma, nós usava só foice e arco e flecha, e ponta feita de pau mesmo e quando foi a noite a usina veio pra botar a gente pra correr, mas só que a gente enfrentamos enquanto eles estavam atirando também eles se esconderam numa bolada de cana que tinha aí nós e os índios que começou se chegarem e se juntaram aí toquemos fogo numa bolada de cana pra ver se eles tava dentro, mas só que quando eles viram [...] os índios chegar eles correram [...] no outro dia o delegado me intimou e a federal veio e começou a juntar casca de bala no teco da cana, me entrevistou e perguntou de quem era aquela casca de bala, aí eu disse que era dos capangas da usina, agora ninguém sabe quem era tanto, então, decorrente desse acontecimento eu comecei a viajar para Brasília, ficava Lena, junto com irmã Juvanete, o cacique Oliveira e o cacique Vademar ele não podia dar apoio aqui porque estava doente na época e eu quando cheguei em Brasília [...] enquanto os carros estavam lá os índios estavam se movimentando, eles fizeram uma oca, a primeira casa feita aqui em Três Rios foi uma oca e a retomada do finado Vicentinho que na época o finado Vicentinho tinha feito um a retomada lá embaixo onde o finado Né tem um pé de terra lá, Luíz do Barro também tem e Raimundo tem uma tira de coqueiro. Então aquilo ali foi um quadro só que Vicentinho retomou e quando eu como Cacique fui assumindo tudo e durante esse período que eu tava viajando os índios estavam fazendo uma casa para mim de taipa, quando

eu cheguei de Brasília na faixa de umas 8 horas da noite eles foram lá em casa Zé Espinho, Bigole, o finado Jurandi que foi uma das peças fundamentais aqui [...] e durante esse tempo eu tava aqui na aldeia e muita gente perguntava Cacique porque colocar o nome aldeia Três Rios? Aí eu digo a aldeia Três Rios já existe há mais de trezentos anos [...] e durante esse tempo eu tava fazendo uma cerca para trazer os pintos, as galinhas, para aqui para minha casa que não tinha nada, não tinha nenhum pé de pau, foi quando eu recebi a liminar da Federal, o finado Pedro começou a chorar e eu disse seu Pedro tenha fé em Deus que Deus vai ensinar de agora em diante o que eu vou fazer de toda essa questão aqui dessa terra aqui, eu vou procurar Caboquinho, Capitão [...] e Josafá que é o chefe do posto e vou comunicar ao administrador da Funai [...] então eu recebi a documentação e era do juiz federal aí pronto, aí começou a luta, mais luta e mais índio vindo para a oca se reunir [...] os professores na época Iolanda e Joelma hoje ainda estão vivas, estão aposentadas e elas junto com a associação dos professores potiguara é quem deu muito apoio, a Federal queria me tirar de dentro da aldeia, mas, cada vez que a Federal vinha para fazer eu cumprir a ordem do juiz vinha mais índio ainda, fortalecia eu mais ainda e eu tive o apoio do Cimi, Cimi Nordeste na presença a representante era a irmã Juvanete que é um órgão indigenista internacional, dos procuradores da FUNAI, e dos índios. Cada vez que o juiz me chamava lá, me intimava para me prender era que nem me fortalecia mais ainda, por que cada vez que ele me chamava os índios faziam uma casa, fazia uma barraca, casa não, barraca que eu tenho um vídeo eu contando sobre essa liminar e é só o toco da cana, tinha casa nenhuma e os índios na beira da pista enfrente ao trevo esperando a Federal vir cumprir o que o juiz tinha decretado, mas só que nenhuma hora eu pensei em desistir, enfrentemo, quando a Federal viu que não tinha jeito aí pronto, aí veio uma ordem do procurador [...] o procurador deu uma ordem e eu tive que cumprir e liberar o caminhão, os carros, aí se reunimos mais uma vez debaixo da oca e liberamos os caminhão, fizeram vistoria nos veículos, mas os índios tinham só baixado os pneus, e eles trouxeram um compressor e encheram os pneus dos veículos e levaram e eu graças a Deus não aconteceu nada comigo [...] chegavam para mim e diziam rapaz eu queria um terreno, e eu dizia: você quer um terreno para morar? Eles diziam para morar, eu dizia então você vai fazer uma casa dentro e futuramente vai ser reconhecido aldeia Três Rios [...] Foi muita dificuldade, foi muita ameaça e muita gente ligava na época para o orelhão enfrente a minha casa dizendo que os homens da usina vinha me tirar daqui de dentro, outros ligava dizendo que eu ia me deitar e ia amanhecer morto [...] e outra quando eles foram me buscar eu lá em Marcação esse grupinho que eu tô dizendo na época só tinha um quarto onde Lena dormia com Guilherme meu filho hoje ele tem 21 anos e a retomada fez 20 anos, foi muita coragem da minha mulher vir mais eu e dormir dentro do quarto e muito índio na frente dando apoio e muito índio atrás para ninguém mexer comigo porque o alvo era eu porque se acontecesse algo comigo a retomada acabava e a usina se apossava de novo [...] Várias vezes os índios cavavam a pista para colocar energia e água na aldeia, e aqui na minha casa eu passei aqui nove meses sem energia e sem água porque ficou muito distante da cidade, temos uma base até hoje que os pedreiros comprade Bastos, Gonçalo e Luíz Pilar se juntaram e fizeram essa base aí eu arrumei uma caixa e e o Cimi conseguiu junto com a Funai cano de 20 para nós puxar água da cidade para uma caixa d'água nós ficamos uma temporada grande pegando água do chafariz [...] Na retomada mesmo o primeiro morador foi Pedro Máximo de Lima e Zé Espinho ele também tava morando, mas eu também tive que vir morar porque minha presença aqui era fundamental para fortalecer [...] e o finado Vademar durante o tempo que eu era chamado na Federal ia comigo de cadeira de rodas, mas, ia comigo [...] e daí eu fui me fortalecendo e cada vez que o juiz me intimava os procuradores da Funai me acompanhavam e o pessoal do Cimi, cada vez que ele me intimava era porque os índios faziam

duas, três casas aí ele perguntava e aí Cacique como é que está acontecendo esse negócio que todo dia amanhece duas, três casas feitas e eu disse olhe eu não tenho domínio sobre os índios não e sobre essa questão de fazer casas é que a cidade de Marcação não tem mais canto para esses índios fazer casas lá. E esses roçados e essas lavouras? Eles estão plantando porque Marcação não tinha terra para os índios trabalhar, então eu fui enfrentando e os índios foi tendo coragem e eu cada vez mais, cada dia que se passava fui ficando mais forte ainda aqui dentro [...] Começou a briga para construir um posto de saúde, uma caixa d'água e o Programa Luz para todos, mas, ninguém podia fazer nada aqui porque era retomada, mas o doutor do [...] fez um ajuste um termo de ajuste de conduta, é um termo liberando junto com a Funai para os órgãos fazer a benfeitoria aqui dentro[.]. (José Roberto de Azevedo Silva. (entrevista concedida em 10 de janeiro de 2024)

Logo percebemos que a ameaça foi a maior dificuldade enfrentada pelos indígenas no processo de retomada da aldeia Três Rios. Nesse relato também percebemos que eles obedeceram a ordem judicial de se afastarem das terras de Três Rios para aguardar a decisão do juiz, porém, devido a ação da usina, voltaram a ativa e acamparam na aldeia para vigiar os veículos apreendidos da usina, visto que, a usina descumpriu a ordem do juiz em aguardar a decisão judicial daquela situação e já estavam plantando a cana novamente.

Pergunta 4: Quais foram as principais conquistas obtidas através da retomada das Terras da Aldeia Três Rios?

Resposta: Uma grande conquista foi o posto de saúde, a escola que recebemos o projeto mas não podia fazer aí a comunidade fez, isso foi uma conquista muito grande porque foi abrir vaga pra professor, criança que veio pra retomada hoje é professor formado aqui dentro[...] o poço e a caixa d'água e baseado nisso tudinho os índios começaram a plantar sítio aqui dentro e aquela liminar foi quebrada devido a essas conquistas [...] mais pra mim uma das maiores conquistas foi a conquista da terra, pra mim foi uma vitória maior foi ter a terra pra trabalhar, hoje muito índio sobrevive dessa terra. Então é isso né e com essas conquistas a nossa aldeia só cresce. (José Roberto de Azevedo Silva. (entrevista concedida em 10 de janeiro de 2024)

A fala do entrevistado reflete a certeza que a luta foi bem sucedida, nota-se que a aldeia Três Rios só cresce e está cada vez mais recebendo melhorias e indo em busca cada vez mais dos seus direitos. A terra está sendo usada para plantar seus roçados, construir suas casas. A aldeia possui um posto de saúde, escola, praça, arena de futebol entre tantas conquistas que virão através de muita luta.

Segundo entrevistado:

Josecy Soares da Silva, conhecido popularmente por Sy, nascido aos 11 de março de 1956 nascido na cidade de Marcação-PB também pelas mãos de uma parteira, Sy é uma figura conhecida nas lutas do povo Potiguara, atualmente é o Pajé da aldeia, o mesmo foi o segundo Cacique da aldeia Três Rios onde exerceu o cargo por oito anos, é atuante nas causas indígenas e fonte de sabedoria do povo Potiguara, percebemos que o mesmo tem gosto em participar das causas indígenas e ir em busca de melhorias para sua aldeia como também manter viva a história desta aldeia através das entrevistas que sempre está disposto a conceder quando procurando.

Foto nº: 15



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024), Josecy Soares da Silva, foi o segundo cacique e atualmente é Pajé da aldeia Três Rios.

Pergunta 1: Quais são as principais lembranças que tem da época da retomada das terras da Aldeia Três Rios?

Resposta: Eu tava na aldeia Brejinho, eu e Zezinho de Dona Maroca um que chama de brote, a gente tava no paú roçando o mato, assim que comecei no serviço nói num tinha brocado um eito de mato como daqui a essa casa não, num tinha aberto nem o eito direito, aí chegou Carlos de Maria do porco num cavalo que ele tinha amarelo né? Chegou num cavalo nas carreiras, amarrou num pé de jambre que tem lá, aí ele gritando Josecy, Josecy, eu digo oi, olha, Bél, Caboquinho e capitão disse que tu fosse pra lá que prenderam os carros de cana que viraram as roças do povo, eu digo, mai lá num tem gente não? Carlos falou, tem mai é pouca aí eles disse que fosse, bora, vou agora, diga a eles que chego já, eu disse Zezinho bora simhora, aí Zezinho disse eu vou ficar roçando sozinho? Não não não, eu vou deixar você roçando aqui sozinho nada vamos simhora, aí eu peguei minha peguei minha aí ele pegou também o material dele e as comidas todinha e viemos simhora, viemos andando mais ele, subimos a ladeira logo né, aí quando chegemos na metade da ladeira eu digo zezinho você venha de vagazinho que eu vou embora na carreira vou pra lá, aí quando eu cheguei nas canas alí em cima quase que eu num chegava lá cansado quase que eu morro, aí vim devagarinho andando andando aqui acolá eu corria um pouco parava, eu morava aqui em cima né, entreguei a espingarda a mulher, peguei os meus negócios e fui pra lá, fui com uma foice, a mulher disse assim: vai deixar a foice não? Eu digo não não não, vou pra lá desarmado nada eu não sei como é que tá lá, quando eu cheguei de frente onde hoje é a praça da aldeia, encontrei os motorista dos carros, um era até o marido da minha prima a irmã de Zá, aí ele falou um dos índios é esse aí, quando eu cheguei lá os carros tava todo arrodado de gente e embaixo todo cheio de palha de coco, de palha de cana e bota fogo, bota e não bota, menino ainda não botaram fogo não? Não Sy, não Sy pelo o amor de Deus, disse que já era pra ter botado fogo, fui com a foice pra dale no carro atrás de meter a foice no vidro do carro pra quebrar tudo, eles: não Sy vamos segurar os carros, se vocês querem segurar então vamos segurar, aí seguremos 90 dias nessa luta, tudo passava pela a minha mão, Bél mesmo como Cacique mas tudo passava pela a minha mão, já era ordem da FUNAI, eles lá disse tudo procure Sy, porque a minha fala tudo gostava e Bél as vezes falava umas coisas que não devia falar, ele como Cacique queria se crescer, homem né assim não, vai terminar brigar aqui todo mundo, os caras mandavam me chamar, mas Sy rapaz Bél falou isso aqui, esquentar não vamos resolver, e nesses 90 dias vou dizer a você, eu não vim 10 dias na minha casa pra passar o dia com a minha a minha mulher nem dormir a noite, foi 90 dias alí plantado, então isso é uma coisa que eu tenho conhecimento de porque que eu vim pra qui, eu precisava de terra pra trabalhar, eu podia trabalhar lá prá baixo meu pai tinha um terreno alí embaixo na divisa de Carneira com Ybikuara, mas lá era pra eu plantar cana se não os cara ia me tirar aí tive que ficar aqui, e tudo que desde o começo da retomada eu tenho guardado aqui na minha cabeça e plantado, porque o seguinte, nós veio pra qui porque nós tava precisando da terra pra nossa sobrevivência. (Josecy Soares da Silva, 2024)

Percebemos através desse relato que o processo de retomada das terras de Três Rios foi um processo perigoso, o entrevistado revela em detalhes fatos ocorridos no seu dia ao ser chamado às pressas para agir junto aos outros indígenas para acampar e fortalecer o processo de retomada, tiveram que ficar três meses acampados

e vigiando os carros da usina que foram apreendidos. Na fala do Pajé Sy estar claramente a necessidade que o povo indígena potiguara estavam passando naquele momento por vários motivos e um deles era a falta de terra para morar e trabalhar, visto que essas terras que hoje se situa a aldeia Três Rios, por muitos anos foram ocupadas pela cana-de-açúcar da Usina Japungu.

Pergunta 2: Porque decidiram retomar as terras de Três Rios naquele dia?

Resposta: Pra gente fazer essa grande retomada dentro de Três Rios nós teve reunião com Capitão, Caboquinho que na época era o Cacique geral e FUNAI, fizemo várias reuniões porque a gente tava ficando sem terra para trabalhar e o povo todo reclamando porque não tinha mais terreno pra se trabalhar, o único terreno que a usina deu foi lá embaixo do açude para a carapeba e a sapucaia, porque naquela área foi onde a usina não plantou cana, então o seguinte é esse, o povo tava sem terra pra trabalhar e nós como pescador e agricultor sem a terra a gente não vive, aí o povo foi vendo aquela dificuldade que a gente tinha, onde nós trabalhava era alí pro lado de engole vivo e o povo lá tava enchendo os terrenos de cana e a gente ficando sem terra pra trabalhar, então foi da vez que fumo convidado através de seu Vicentinho e fizemo essa retomada, várias reunião na FUNAI tanto aqui na base como em João Pessoa, fomos numa reunião lá na FUNAI me lembro como seja hoje e dissemo que na segunda feira de 5 horas da manhã nós estamos acampado de frente ao trevo onde é o campo alí agora, alguns Caciques disse que num ia e eu disse que nós precisa do apoio de vocês, aí fizemo uma reunião com todos os cacicados que naquele tempo era seu Zé Soares, Zé Lima e outros e outros né? Zé Lima disse eu não vou, mas, se algum da minha comunidade quiser ir eu não vou impatar, Zé Soares também não veio não, mas, disse que não ligava não, e nós veio de 5 horas da manhã a gente tava lá e haja chegar o povo de poquinho e Bél aperreado eu disse Bél é assim mesmo, vamo dizer ao povo que traga panela, trouxeram lona foram fazendo alí aonde é a casa de Bilú e alí a gente fomo retomando a cana e outros já arrancando os cepos de cana e a gente que era os cabeça tava ligando pra outros, pouco mais haja chegar pessoas da Aldeia Jaraguá, Monter Mor os daqui de Marcação era bem pouco porque eles tinha medo né? Depois chegou Capitão, chegou Caboquinho com uma turma e a gente fiquemo 3 meses acampado enfrentando essa luta. (Josecy Soares da Silva, 2024)

Aqui percebemos que o intuito da retomada da aldeia Três Rios foi a necessidade que os indígenas tinham de terras para plantar e para viver. Observamos também que após algumas reuniões marcaram data e hora na qual iriam juntos acampar para dar início ao processo de retomada das terras. Que contou com o apoio de alguns indígenas da aldeia Monte-Mor, aldeia Jaraguá e da cidade de Marcação, pessoas atuantes nas causas indígenas, que estavam em busca dos seus direitos, que por muito tempo lhes foram negados.

Pergunta 3: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas nesse processo de retomada do território da Aldeia Três Rios?

Resposta: As dificuldades era grande porque nós não sabíamos a quem ir, a gente só sabia ir a FUNAI, mas assim mesmo a FUNAI não dava o apoio que a gente queria, mas a gente tinha o apoio CIMI (Conselho Indigenista Missionário) que irmã Gilvanete fazia parte junto com a igreja e a universidade com os grandes professores como o Estevão, e Fernando, foi esse apoio que segurou a gente firme na luta. Mas a gente não pode esquecer de uma grande dificuldade que era as ameaças de morte que tivemos as ameaças nos caminhos que pra gente ir pra João Pessoa precisava a gente ir escoltado tudo a gente passou por essa terra e ainda tá passando ameaças porque a terra ainda não tá homologada temos que fazer diversas viagens pra Brasília arriscando a nossa vida, numa dessas viagens já levei arma na cabeça, fomos pra dentro do matagal passar o tempo todo lá sendo assaltado através da luta pela terra, da luta pela sobrevivência não só das lideranças como de todos que se diz índio ou não índio que tem o seu território dentro da Aldeia Três Rios. (Josecy Soares da Silva, 2024)

Relatou que como dificuldade o fato de que não sabiam a quem recorrer, só sabiam recorrer a Funai que não dava o apoio que eles queriam, tiveram apoio de outras pessoas, mas, a ameaça era constante contra eles. Inclusive, destacou que até hoje sofrem e lutam pelas terras de Três Rios que ainda não foram homologadas.

Pergunta 4: Quais foram as principais conquistas obtidas através da retomada das Terras da Aldeia Três Rios?

Resposta: Primeiramente uma grande conquista que todo mundo tá vendo não precisa nem eu dizer mas nós tem que falar, primeiro: a conquista é esse colégio, é uma grande conquista para uma terra que ainda não foi homologada, foi através da nossa luta, nós temos aquele campo muito bem feito que deu um valor a nossa aldeia, temos o posto de saúde que nós corremos atrás que melhora tudo isso, porque se a gente não correr atrás a gente não consegue nada, e hoje o nosso posto de saúde atende a nossa comunidade com ótimos médicos e essa grande conquista não vai ficar só pra mim ou pra você, vai ficar para os nossos filhos e nossos netos, e poder falar olha onde o filho de Francisco mora era assim e hoje tá daquele jeito, a gente sempre tem que levar essa história em reunião e mostrar o que aqui era pra o que é hoje, foi uma conquista da nossa luta, e hoje eu sempre digo gente: pra Três Rios ser o que é hoje precisou a gente andar de mãos dadas, precisou a gente pedir apoio aos órgãos que nos apoiou as pessoas que já se foi que lutaram junto com a gente que deixou seu legado de sempre lutar e não abrir a mão dos nossos direitos e um desses direitos é a homologação da nossa terra, porque sem a homologação a gente perde vários projetos pra a nossa aldeia, porque os órgãos não quer fazer nada em uma terra que ainda vive em conflito, os grandes não vê o pequeno não, o grande só vê o pequeno no tempo da eleição, e quando a terra é homologada você não precisa ir atrás de projeto e eles já vêm atrás de oferecer projetos na aquela aldeia, como o projeto minha casa minha vida, porque não veio aqui pra Três Rios só tem promessa de vir? Porque a terra ainda não é homologada e o governo não quer investir, a gente tá lutando atrás pra furar outro poço pra melhorar distribuição de água pro povo, porque a terra

ainda não foi homologada, mas quando o Governo Federal assinar a homologação da nossa terra com certeza a aldeia Três Rios vai ter mais conquista. (Josecy Soares da Silva, 2024)

Logo, percebemos que o entrevistado cita algumas conquistas dos espaços de vivências da aldeia Três Rios, com um destaque para a Escola Estadual Índio Pedro Máximo de Lima que para o nosso Pajé Josecy tornou-se uma das maiores conquistas para a nossa aldeia, considerando uma vitória para o povo potiguara devido a aldeia Três Rios ainda não ter as suas terras homologadas, mesmo assim a comunidade não temeu as incertezas que de que a retomada iria ser consolidada, arregaçaram as mangas e com toda a garra do povo potiguara construíram a escola, que hoje foi demolida e agora está sendo reconstruída pelo Governo do Estado da Paraíba, outra conquista citada pelo o nosso Pajé é o posto de saúde que foi um avanço para a saúde indígena da aldeia Três Rios, pois a população da mesma, não precisa se deslocar para o centro da cidade de Marcação para uma consulta médica, a praça sendo um ponto de lazer e descontração, principalmente para os curumins da aldeia, são pontos fundamentais para a concretização da aldeia como espaço, como lugar, dizendo que todas essas conquistas serve para nós e servirão para as nossas descendências.

4.2. A Teoria Dialógica: a orientação libertadora aos sujeitos.

É oportuno reflexionar sobre a Teoria Dialógica construída por Paulo Freire e apresentada em Pedagogia do Oprimido, sendo composta por quatro pontos: 1. Colaboração; 2. Unir para libertar; 3. Organização; 4. Síntese cultural. A partir desse cenário real da Aldeia Três Rios, procurar-se-á fazer uma análise na perspectiva educativa para o ganho da consciência do sujeito coletivo, e consequentemente da conquista de equipamentos coletivos:

4.2.1.CO-LABORAÇÃO:

Os Potiguara de forma sábia ao conquistarem a terra conseguiram reparti-la de forma comunitária: uma parcela foi destinada a construção das moradias, outra para o plantio (maior parcela), outra para que fossem situados os equipamentos coletivos. Ao invés da propriedade privada, os Potiguara distribuíram a terra com as famílias. E nesse sentido, emerge a liderança natural, cacique, pajé. Esses fazem a co-laboração com as massas populares para livrarem da opressão:

Se as massas populares dominadas, por todas as considerações já feitas, se acham incapazes, num certo momento histórico, de atender a sua vocação de ser sujeito, será, pela problematização de sua própria opressão, que implica sempre numa forma qualquer de ação, que elas poderão fazê-lo. Isto não significa que, no que fazer dialógico, não há lugar para a liderança revolucionária. Significa, apenas, que a liderança não é proprietária das massas populares, por mais que a, ela se tenha de reconhecer um papel importante, fundamental, indispensável. (Freire, 1987, p. 104)

A liderança Potiguara tem a capacidade de estabelecer o diálogo que revolucionaria:

O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração. Na teoria da ação dialógica, não há lugar para a conquista das massas aos ideais revolucionários, mas para a sua adesão. O diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza. (Freire, 1987, p. 104).

A liderança Potiguara atua na colaboração para que as massas se libertem:

Não significa isto que a teoria da ação dialógica conduza ao nada. Como também não significa deixar de ter o dialógico uma consciência clara do que quer, dos objetivos com os quais se comprometeu. A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (Freire, 1987, p. 104)

4.2.2. Unir para libertar:

Uma das tarefas do Sujeito Coletivo é unir para libertar. Os Potiguara tomaram essas definições a partir do princípio que amavam a terra. Por tanto, como a mãe protege seu filhos e filhas, o mesmo deve acontecer com aqueles que a libertaram. Ao invés de prenderem a terra conquistada, como Sujeito Coletivo libertaram a terra para os braços do povo Potiguara poderem trabalhar, construir suas casas, criar seus animais, colocando nos espaços sociais os equipamentos necessários a comunidade. E nesse sentido, é unir para libertar, é um prerequisite da ação dialógica, como reflexiona Freire:

Se, na teoria antidialógica da ação, se impõe aos dominadores, necessariamente, a divisão dos oprimidos com que, mais facilmente, se mantém a opressão, na teoria dialógica, pelo contrário, a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ela, para a libertação. 1987, p. 107)

Somente uma liderança que assuma os princípios da teoria dialógica é capaz de

promover a união das massas oprimidas entre si.

Seria uma inconseqüência da elite dominadora se consentisse na organização das massas populares oprimidas, pois que não existe aquela sem a união destas entre si e destas com a liderança. Enquanto que, para a elite dominadora, a sua unidade interna, que lhe re-força e organiza o poder, implica na divisão das massas populares, para a liderança revolucionária, a sua unidade só existe na unidade das massas entre si e com ela. (Freire, 1987, p. 104)

A ideologia dominante instalou a opressão. Assim, “o primeiro passo é a desmistificação da realidade”, um papel realizado pela autêntica liderança.

Desta maneira, se, para dividir, é necessário manter o ao dominado “aderido” a realidade opressora, mitificando-a, para o esforço de união, o primeiro passo é a desmistificação da realidade. (Freire, 1987, p. 108)

Por mais que seja opressora a realidade, somente à práxis verdadeira tem a capacidade de realizar um processo de transformação da realidade injusta:

O fundamental, realmente, na ação dialógico-libertadora, não é “desaderir” os oprimidos de uma realidade mitificada em que se acham divididos, para “aderir” a outra. O objetivo da ação dialógica está, pelo contrário, em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porque e o como de sua “aderência”, exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta. (Freire, 1987, p. 108)

4.2.3.Organização:

Os Potiguara para tomarem tais definições foram convidados pelos seus líderes naturais para reuniões, encontros, mas também atividades lúdicas, religiosas no intuito de “congregar os núcleos familiares como um povo”. Nesses momentos, a participação dos Potiguara expressando suas opiniões foi muito importante. Daí, emerge a organização do povo Potiguara. O Sujeito Coletivo, com suas lideranças naturais, tem os interesses convergindo para os objetivos e estratégias comuns na perspectiva da libertação.

E nesse sentido, Organização é muito relevante, como manifesta Freire:

Enquanto, na teoria da ação antidialógica, a manipulação, que serve à conquista, se impõe como condição indispensável ao ato dominador, na teoria dialógica da ação, vamos encontrar, como que oposto antagônico, a organização das massas populares. A organização não apenas está diretamente ligada à sua unidade, mas é um desdobramento natural desta unidade das massas populares. (Freire, 1987, p. 111)

A unidade com as massas é fundamental para que essas rompam com a ação antidialógica, a manipulação, a conquista, e consequentemente, com a coisificação:

É verdade que, sem liderança, sem disciplina, sem ordem, sem decisão, sem objetivos, sem tarefas a cumprir e contas a prestar, não há, organização e, sem esta, se dilui a ação revolucionária. Nada disso, contudo, justifica o manejo das massas populares, a sua “coisificação”. O objetivo da organização, que é libertador, é negado pela “coisificação” das massas populares, se a liderança revolucionária as manipula. “Coisificadas” já, estão elas pela opressão. Não é como “coisas” já dissemos, e é bom que mais uma vez digamos, que os oprimidos se libertam, mas como homens. (Freire, 1987, p. 111)

Sem dúvida um dos movimentos da organização é possibilitar que no processo a liderança revolucionária possam instaurar o aprendizado da pronúncia do mundo.

A organização das massas populares em classe é o processo no qual a liderança revolucionária, tão proibida quanto este, de dizer sua palavra, instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico. Daí que não possa a liderança dizer sua palavra sozinha, mas com o povo. A liderança que assim não proceda, que insista em impor sua palavra de ordem, não organiza, manipula o povo. Não liberta, nem se liberta, oprime. (Freire, 1987, p. 112)

Romper com a coisificação das massas é um ato necessário:

O objetivo da organização, que é libertador, é negado pela “coisificação” das massas populares, se a liderança revolucionária as manipula. “Coisificadas” já, estão elas pela opressão. Não é como “coisas” já dissemos, e é bom que mais uma vez digamos, que os oprimidos se libertam, mas como homens. A organização das massas populares em classe é o processo no qual a liderança revolucionária, tão proibida quanto este, de dizer sua palavra, instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico. (Freire, 1987, p. 112).

4.2.4.A síntese cultural:

Em toda ação cultural pode se encontrar um serviço da dominação consciente ou inconscientemente por parte de seus agentes ou está a serviço da libertação dos homens. Nesse sentido, faz-se importante o estabelecimento de métodos que estruturam e organizem a ação dos agentes na perspectiva da libertação.

Um destaque necessário: a vinculação da sistematização e a estrutura social, pois os humanos estão diante da realidade social que os cerca:

Em todo o corpo deste capítulo se encontra firmado, ora implícita, ora explicitamente, que toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está ou mais ou menos como está, ora no de transformá-la. (Freire, 1987, p. 112).

Não há espectadores na ação cultural:

Na invasão cultural, os espectadores e a realidade, que deve ser mantida como está, são a incidência da ação dos atores. Na síntese cultural, onde não há espectadores, a realidade a ser transformada para a libertação dos homens é a incidência da ação dos atores. (Freire, 1987, p. 113)

A cultura alienada e alienante se contrapõem a ação cultural histórica:

Desta maneira, este modo de ação cultural, como ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. (Freire, 1987, p.113)

Os temas geradores cumprem o papel de estimular a fala, o interesse, aproximar os sujeitos, instaurar processo de ação, e gerar conhecimento:

A investigação dos “temas geradores” ou da temática significativa do povo, tendo como objetivo fundamental a captação dos seus temas básicos, só a partir de cujo conhecimento é possível a organização do conteúdo programático para qualquer ação com ele, se instaura como ponto de partida do processo da ação, como síntese cultural, (Freire, 1987, p.113)

No processo de educação popular com base na teoria dialógica se faz presente o clima de criatividade:

Neste momento primeira da ação, como síntese cultural, que é a investigação, se vai constituindo o clima da criatividade, que já, não se deterá, e que tende a desenvolver-se nas etapas seguintes da ação. Este clima inexistente na invasão cultural que, alienante, amortece o ânimo criador dos invadidos e os deixa, enquanto não lutam contra ela, desesperançados e temerosos de correr o risco de aventurar-se, sem o que não há, criatividade autêntica. (Freire, 1987, p. 113).

Os sujeitos são inseridos em um processo histórico:

Como, da síntese cultural, não há, invasores, não há modelos impostos, as atores, fazendo da realidade objeto de sua análise crítica, jamais dicotomizada

da ação, se vão inserindo no processo histórico, como sujeitos. (Freire, 1987, p. 113).

A ação transformadora rompe com a cultura da alienação:

Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e numa ação novas, que não são apenas o saber e a ação da liderança, mas dela e do povo. Saber da cultura alienada que, implicando na ação transformadora, dará, lugar à cultura que se desaliena. (Freire, 1987, p.114).

A consciência crítica:

Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que “este constitui uma parte da pessoa humana” e que a “pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se” é dar um passo mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens (Freire, 1987, p.115)

De forma pedagógica, podemos resumir esse capítulo dizendo que:

Essa sistematização da Teoria Dialógica teve um intuito de trazer não apenas a fundamentação teórica, mas de situar um aporte onde o sujeito tem papel relevante junto as massas. Pedagogicamente, em paralelo a realidade de Três Rios temos um povo indígena que era totalmente disperso, sem organização social e que despertou para atuar em um processo de luta pela escola e pela terra, tendo a presença de lideranças ativas:

- a) que entraram em processo de diálogo e *colaboração* com o povo;
- b) que fomentaram com o povo um largo processo de *organização*;
- c) que estimularam as ações populares *se unindo ao povo para liberatar*; e
- d) construíram uma *síntese cultural* com o povo libertando a mãe terra.

Para Freire (1987, p. 114), “A liderança revolucionária não pode constituir-se fora do povo, deliberadamente, o que a conduz à invasão cultural inevitável”.

Pode-se dizer:

- a) que há uma educação em movimento, onde os sujeitos educativos aprendem entre si;
- b) que ao aprenderem entre si, os sujeitos propagam as informações e geram perspectivas para si e para o conjunto da sociedade;
- c) que ao sociabilizarem são capazes de gerar e ampliar suas relações sociais, sua organicidade e seu pertencimento, indianidade e consciência coletiva;
- d) que estimulados pelo sujeito coletivo são capazes de definir o espaço coletivo e os equipamentos coletivos para o bem de todos.

Estamos diante de uma educação da **práxis** libertadora realizada por um sujeito coletivo indígena Potiguara na Aldeia Três Rios que foi capaz de instalar um processo de mudanças sociais e transformação da realidade, instalando um novo tempo.

5º CAPÍTULO:

A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA INDÍGENA POTIGUARA.

5.1. A educação em evolução

A Educação Diferenciada Indígena já é uma realidade na Escola Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, Aldeia Três Rios, Marcação/PB.

Esse equipamento social - Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, inclui-se como uma das conquistas do processo do sujeito coletivo.

Para demonstrar sua importância, trazemos um rol dos questionários que foram aplicados aos educadores indígenas: Gessé Viana da Silva, Mayná Pessoa da Silva, Morombo'esara , Iraci Marculino dos Santos que integram o corpo de educadores desse estabelecimento escolar. No segundo momento, foi apresentada a parte conceitual sobre a Educação Diferenciada Indígena, com base em documentos, e com aportes teóricos que sustentam essa modalidade em evolução.

Para efeito didático, seguimos o mesmo processo que foi anunciado quando da realização das entrevistas com o Cacique e o Pajé. Apenas houve um acréscimo da utilização de questionários do tipo formulário, daí a geração de gráficos. Na mesma forma dos capítulos anteriores, fizemos uso de imagens para tornar o texto mais dinâmico.

5.2 Questionários: A visão dos educadores indígenas Potiguara sobre a educação indígena diferenciada na ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ÍNDIO PEDRO MÁXIMO DE LIMA DA ALDEIA TRÊS RIOS - MARCAÇÃO/PB

Questionários aplicados aos sujeitos educadores indígenas Potiguara da Aldeia Três Rios:

a- Qual o nome do educador(a)?

1. Gessé Viana da Silva
2. Mayná pessoa da Silva
3. Morombo'esara
4. Iraci Marculino dos Santos

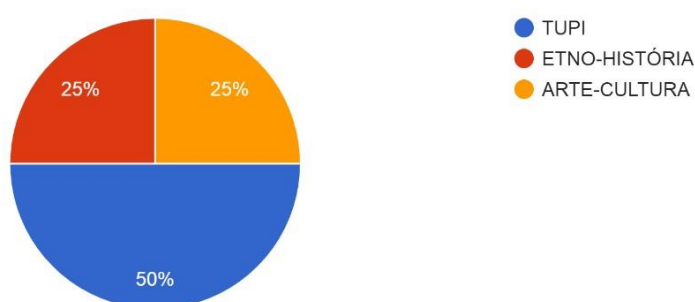
b. Qual o nome da escola indígena que o educador (a) atua na aldeia Três Rios?

1. Gessé Viana da Silva: E.E.I.E.F.M Índio Pedro Máximo de Lima
2. Mayná pessoa da Silva: E.E.I.E.F.M Índio Pedro Máximo de Lima
3. Morombo'esara: E.E.I.E.F.M Índio Pedro Máximo de Lima
4. Iraci Marculino dos Santos: E.E.I.E.F.M. Índio Pedro Máximo de Lima

Os professores Gessé Viana da Silva, Mayná pessoa da Silva, Morombo'esara, Iraci Marculino dos Santos atuam como professores de disciplinas específicas indígenas na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima.

3. Qual(is) a(s) disciplina(s) que ministra na escola indígena da aldeia Três Rios?

4 respostas



c. Podemos deduzir através do gráfico acima que a escola conta com 2 (dois) professores de Tupi; 1 (um) de Arte Cultura; e 1(um) outro de Etno-história.

Descreva até 5 aspectos de como se sente na qualidade de educador(a) ao ministrar a(s) disciplina(s) específicas indígenas na escola indígena da

aldeia Três Rios?

Sobre essa indagação o professor Gessé Viana da Silva destacou que se sente importante em poder ensinar na escola que foi fundada como fruto de uma grande luta. Contribuir no fortalecimento cultural da aldeia, trabalhar a importância de ser indígena potiguara, valorizar a história de luta.

A professora Mayná Pessoa da Silva afirmou que como educadora de disciplina específica fica muito feliz e realizada em saber que ministra aula de uma disciplina tão importante, que nos fortalece culturalmente e que o reconhecimento e avivamento da língua materna é muito gratificante.

O educador Morombo'esara ressaltou que sente que está contribuindo para a compreensão, transmissão e multiplicação dos saberes tradicionais do povo Potiguara no processo de ensino-aprendizagem de um idioma em processo de revitalização.

A educadora Iraci Marculino dos Santos se sente privilegiada, capacitada, confiante, qualificada e especial.

d.Quais as orientações que tem adotado para produzir a elaboração dos planos de aula?

Sobre esse quesito o educador Gessé Viana da Silva disse que adota as orientações da coordenação pedagógica escolar e da 14ª regional de ensino.

A educadora Mayná Pessoa da Silva frisou que adotou a pesquisa em grupo de Whatsapp com professores da língua tupi, onde conseguimos ajudar um ao outro pois material específico não temos.

O educador Morombo'esara salientou que utilizamos orientações da BNCC referentes a área das linguagens e o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas).

A educadora Iraci Marculino dos Santos reforçou que adotou as Orientação pedagógica, BNCC, cartilhas, pesquisas e RCNEI.

e.Cite o conjunto de conteúdos que são ministrados nas aulas?

Sobre os conteúdos que são ministrados nas aulas o professor Gessé Viana da Silva citou a Arte potiguara, cultura potiguara, cultura e arte dos indígenas do nordeste, culturas indígenas no Brasil, coco de roda, cultura afro, cultura Negra, arte contemporânea, arte digital e etc.

A educadora Mayná Pessoa da Silva mencionou as formas de cumprimento na língua tupi, Pronomes pessoais, Prefixos, Verbos, Partes do corpo humano, Dias da semana, Vocabulários, Músicas do Toré em tupi, Textos, Números, Alfabeto e outros.

O educador Morombo'esara destacou a História da língua Tupi Potiguara, Religiosidade e crenças Potiguara, Família tupi-guarani; Povos indígenas da Paraíba; Organização social, Potiguara Atividades econômicas no Território Potiguara; Organização social Potiguara Categorias gramaticais; 1ª e 2ª conjugação, verbos intransitivos e transitivos modos verbais (intransitivo e transitivo), posposição, conjunção, partículas, etc. prefixos causativos, verbos irregulares, ditemáticos, variações fonéticas; reduplicação silábica deverbais ativos, passivos, polissêmicos e outros sufixos modo gerúndio, circunstancial, condicional, e optativo verbos e qualidades aldeias potiguara; elementos da cultura material e imaterial; profissões; vocabulários temáticos Neologismos Perguntas e respostas (oral e escrita), cortesia, sentimentos, expressões de sala de aula expressão verbal e não verbal de ideias e sentimentos, textos antigos e contemporâneos em tupi, Poemas antigos e contemporâneos em tupi principais músicas do toré.

A educadora Iraci Marculino dos Santos citou Território, História do Povo Potiguara, Meios de sobrevivência e a própria cultura.

f. Qual a importância da disciplina de Tupi para os discentes indígenas da escola que vossa pessoa atua na aldeia Três Rios?

Sobre essa questão o educador Gessé Viana da Silva reforçou que a disciplina de Tupi é parte da identidade do povo. Por esse motivo é de extrema importância a continuação do ensino em busca de futuramente acontecer um domínio da língua.

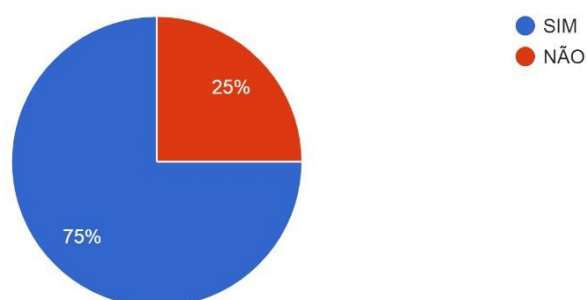
A educadora Mayná Pessoa da Silva destacou que a disciplina de Tupi é importante para o fortalecimento cultural e reconhecimento da língua falada e escrita.

Para o educador Morombo'esara a língua é um dos principais elementos culturais de um povo, e no caso do Tupi, o conhecimento deste idioma pode servir como ferramenta de compreensão, codificação e decodificação da realidade, ao mesmo tempo que desenvolve no estudante a compreensão e valorização do "ser Potiguara" em um ambiente de interação interétnica.

E para a educadora Iraci Marculino dos Santos a disciplina é de suma importância, pois faz parte da nossa história e da nossa língua materna.

8- Você possui formação específica para ministrar a disciplina que você leciona?

4 respostas



Ao analisarmos o gráfico acima e deduzimos que 3 dos 4 professores possuam formação específica para lecionar as disciplinas que ministram e 1 não possui essa formação.

g. Qual a sua formação? Especifique.

O educador Gessé Viana da Silva disse que possui Curso básico de Tupi, já para arte e cultura, através só de pesquisas locais e fontes disponíveis na internet.

A educadora Mayná Pessoa da Silva respondeu que a sua formação é o Curso básico de Tupi antigo.

O educador Morombo'esara respondeu que possui Licenciatura em Letras (Português/inglês).

E a educadora Iraci Marculino dos Santos possui Licenciatura Intercultural Indígena.

h. A disciplina que você leciona tem currículo específico? Qual?

O educador Gessé Viana da Silva afirmou que a disciplina que ele leciona não tem currículo específico e que esse currículo ainda está em processo de elaboração. Mas não temos ainda.

A educadora Mayná Pessoa da Silva: também afirmou que a disciplina que ela leciona não tem currículo específico.

O educador Morombo'esara, afirmou que a disciplina que ele leciona também não tem currículo específico. Porém ressaltou que eles enviaram um protótipo de currículo específico para o setor pedagógico da 14ª Gerência Regional. Já a professora Iraci Marculino dos Santos respondeu que sim, Etno História.

5.3. Questionário: A visão do gestor sobre a educação indígena diferenciada na ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ÍNDIO PEDRO MÁXIMO DE LIMA DA ALDEIA TRÊS RIOS MARCAÇÃO/PB

De acordo com o Sr. José Nilton Ribeiro da Silva Júnior atual Gestor Escolar da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, que está à frente da direção da escola há dez anos a escola começou a funcionar em 16 de março de 2004.

QUADRO 1: QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA E. E. E. F. M. ÍNDIO PEDRO MÁXIMO DE LIMA ANO LETIVO DE 2023

QUANTIDADE	FUNÇÃO
1	GESTOR ESCOLAR
23	PROFESSORES
1	COORDENADOR ESCOLAR
1	SECRETÁRIA ESCOLAR
3	MERENDEIRAS
2	INSPETORES ESCOLARES
2	VIGILANTES
2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
1	ALXILIAR DE SECRETARIA

O Gestor Escolar informou que a escola atendeu 271 alunos no ano letivo de 2023 funcionando em um prédio alugado próximo ao Mercado Público da cidade de Marcação ofereceu aulas para as turmas do 6º ano, 7º ano, 8º ano, 9º ano

Fundamental Anos Finais e 1ª série do ensino médio no turno da manhã; no turno da tarde para as turmas da Pré-Escola e 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano Fundamental Anos Iniciais e a noite para as turmas do 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. A referida escola conta com a atuação de 23 (vinte e três) professores, 1 (um) Gestor Escolar, 1 (um) Coordenador Pedagógico, 1 (uma) Secretária Escolar, 10 (dez) funcionários de apoio sendo (3 merendeiras, 2 vigilantes, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 inspetores escolares e 1 auxiliar de secretaria.) Através da aplicação desse questionário também tivemos conhecimento que as disciplinas diferenciadas lecionadas na escola são: Tupi, Arte Cultura, Etno História Antropologia e legislação.

Na Aldeia Três Rios percebemos a valorização e reconhecimento dos indígenas residentes da própria aldeia, visto que, a maioria dos funcionários são residentes da mesma e uma pequena porcentagem são do município de Marcação, ou municípios circunvizinhos como Rio Tinto ou Baia da Traição. A escola é da rede estadual e faz parte da 14ª Gerência Regional de Ensino. Os professores das disciplinas específicas são: Morombo'esara e Mayná Pessoa da Silva da disciplina de Tupi, o professor de Arte e Cultura se chama Gessé Viana da Silva ea professora de Etno História, Antropologia e legislação se chama Iraci Marculino dos Santos.

Quando questionado sobre as maiores dificuldades para a escola em ofertar essas disciplinas específicas o gestor destacou que são os professores que tem de criar o seu currículo e montar seu material, pois, não tem livros e os professores tem que pesquisar sobre as histórias de todo povo potiguara. E sobre os benefícios ele ressaltou que todos nossos estudantes estão conhecendo a sua história e de seus antepassados sua cultura e até sua forma de viver na sociedade conhecedor de seus direitos e deveres.

Em relação à infraestrutura da escola não questionamos o gestor, e no momento não podemos mencioná-la, visto que a mesma precisou ser demolida e atualmente está sendo construída uma nova escola para atender da melhor forma o seu alunado. Sendo essa uma grande conquista para nossa aldeia proporcionada pelo Governo da Paraíba.

Foto nº 16



Fonte: Acervo pessoal. Ambiente da Secretaria da Escola.(2019)

Foto nº 17



Fonte: Acervo pessoal. Ambiente da Secretaria da Escola.(2019)

Como podemos observar através das imagens a referida escola encontrava-se inadequada para receber o alunado, tinha pouco espaço, e a secretaria escolar servia além de secretaria, como também de almoxarifado, biblioteca, sala de professores, diretoria. Tinha o básico para promover o ensino aprendizagem e não oferecia o devido conforto aos seus estudantes.

Por esta localizada em uma área indígena e seu público-alvo ser em sua maioria indígena, a mesma oferece além das disciplinas regulares, disciplinas específicas da educação indígena como as disciplinas de Arte-cultura, Tupi e Etno-história como já foi mencionado anteriormente, visando a disseminação da cultura para consequentemente não deixá-la ser esquecida pelos curumins.

Os povos indígenas Potiguara da Paraíba têm o privilégio de estarem buscando reavivar suas raízes e a escola é o lugar propício para isso, visto que, “Abordar a história da educação dos povos indígenas, é sem dúvida, abordar a história de cada um desses grupos, bem como suas peculiaridades, engendradas no interior de cosmologias própria”. (Bergamaschi in Estephanou; Bastos, 2005, p. 401.)

Percebemos em nossa aldeia como em tantas outras, os povos indígenas buscando se capacitar para ser o professor, o dentista, o enfermeiro, o nutricionista, o técnico de enfermagem, entre outros cargos de sua aldeia ou de aldeias vizinhas e consequentemente melhorando assim suas condições de vida através do seu trabalho e não deixando ninguém tirar o seu direito ocupando o seu espaço. Tendo em vista que, “A Educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a evolução social e dar continuidade à mudança no sentido desejado...” (Brandão, 2007, p. 85). Apesar da legislação que direciona a efetivação do currículo diferenciado para as escolas indígenas, ainda são tímidas as iniciativas de concretização desses anseios no interior das escolas destinadas à educação do índio (Nascimento, 2017, p. 93). A educação indígena diferenciada, visa valorizar os povos indígenas levando em consideração a sua cultura e garantir que ela não seja jamais esquecida, sendo a escola um ambiente propício para isso. Local onde são repassados conhecimentos sobre o ritual do Toré, o artesanato, a religião, a culinária, ervas medicinais, suas tradições de um modo geral sobre os povos potiguara. Como afirma, Nascimento (2017, p. 93) “o currículo diferenciado deve propiciar as crianças indígenas oportunidades para que exercitem a sua cultura[...]” De acordo com as Diretrizes Operacionais 2023,

A Educação Indígena é uma modalidade de ensino específica e diferenciada, pautada nos princípios de igualdade social, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. Segundo o artigo 78 da LDB, a Educação Indígena tem entre seus objetivos, “a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências”. Logo, voltada para a Comunidade indígena e de acordo com a Resolução de 207/2003 que fixa normas para a organização, para a estrutura e para o funcionamento das Unidades de Ensino Indígenas do Estado da Paraíba no § 3º, em casos excepcionais, a Unidade de Ensino Indígena atende, secundariamente, a população não indígena, desde que esta se adapte às condições de atendimento da clientela indígena. (BRASIL, 2023, p. 30)

Santos e Silva manifestam que “há professores que se deparam com a falta de instrumentos pedagógicos e práticos para o desenvolvimento de estratégias no sentido de melhor exercerem a interculturalidade indígena”. (Santos e Silva, 2021, p.1)

O reavivamento da cultura potiguara é um acontecimento muito importante que vem avançando com o passar dos anos, através de muita luta desses povos que estão cada vez mais indo em buscar de serem conhecedores de sua cultura e também de assegurar os seus direitos. Ver a população da Aldeia Três Rios crescendo e evoluindo é gratificante para os seus residentes. E a escola é um lugar propício para cada vez mais incentivar o seu alunado que são em grande parte residentes da mesma a serem conhecedores dos seus direitos e deveres para lá na frente poderem ir também em busca do que nossa aldeia almeja. Dessa forma é importante legislações que assegurem a educação indígena diferenciada para que esses povos tenham o direito de conhecer cada dia mais sobre a história sofrida, mas, também cheia de vitórias.

São considerados requisitos básicos para a organização, para a estrutura e para o funcionamento da Unidade de Ensino Indígena: • Sua localização em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, ainda que tais terras se estendam por territórios de diversos municípios contíguos; • Exclusividade de atendimento às comunidades indígenas; • Ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística do povo indígena. Orientações à Unidade de Ensino: • Elaborar e/ou manter atualizado, o projeto político-pedagógico. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2000), o projeto político-pedagógico (PPP), é a expressão da autonomia e da identidade escolar, sendo uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada. • Garantir no PPP os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena, de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades indígenas em relação à educação escolar; • Construir o PPP de forma autônoma e coletiva, valorizando a história, os saberes, a oralidade, a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a sustentabilidade das

comunidades; • Favorecer a inclusão da educação não formal no ambiente escolar, transmitida por mestres em saberes ancestrais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas; • Construir material didático específico para educação indígena, valorizando e disseminando os saberes e promovendo o protagonismo indígena; • Usufruir do regime de colaboração edisponibilização do Núcleo de Educação Indígena da Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão - GEDI (cuja chefia deve ser ocupada por um técnico de origem indígena), para a orientação suplementar na criação, desenvolvimento e rotina de sequência de projetos de educação indígena para toda a Rede Estadual de Ensino. (BRASIL, 2023, p. 30)

Podemos observar que os requisitos básicos para o oferecimento da Educação Indígena são vários, mas, destacaremos que a construção do PPP é coletiva visando a participação da comunidade escolar e que o ensino da cultura indígena deve ser assegurado e conseqüentemente preservado nos estabelecimentos de ensino indígenas.

Em 2004 foram realizados encontros de formação de professores nas aldeias São Francisco e Tramataia, ação que culminou na criação da Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP); foi inaugurado em 2006, o Campus IV da UFPB, com unidades acadêmicas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto; no ano de 2009, a Universidade de Campina Grande inicia o Curso de Graduação de Professor Intercultural na aldeia Acajutibiró – Baía da Traição; através do EUIP1 e 2 – Encontro de Universitário Indígena Potiguara, criou-se em 2010, a Associação dos Universitários Potiguara (AUP); ainda, em 2011, foi aprovado projeto PET para o Campus IV – UFPB que tem por objetivo implantar estratégias de acesso e permanência dos alunos universitários indígenas em seus cursos de formação acadêmica. (Nascimento; Barcellos, 2017, p. 18)

5.4 A educação diferenciada indígena na Aldeia Três Rios:

Em Relatório do MEC, tendo o título: CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL, produzido pelo relator, o Conselheiro Gersem José dos Santos Luciano (MEC, Brasília, 2007) foi apresentando uma panorâmica sobre a educação indígena. Assim, esse trabalho de TCC passa a apresentar uma síntese, pequenos fragmentos do documento mencionado, mas recomenda sua leitura e estudo integral.

5.4.1.Quanto a implantação da Educação Diferenciada Indígena é justificada diante:

alunos, quase todos jovens e adultos, e da comunidade como um todo. É importante O ensino escolar indígena se justifica pelo motivo principal que é a oportunidade de a comunidade construir sua própria escola, com a participação efetiva dos próprios considerar também o papel dos professores neste processo de mudança, porque são eles, juntamente com os pais, os principais envolvidos nessa busca de concretizar uma escola norteada pelas pedagogias indígenas, numa relação direta do ensino com os projetos de cada sociedade. (p. 2-3)

5.4.2.Quanto a cronologia da Educação junto aos Indígenas do Brasil:

- Séculos XVI e XVIII: A educação indígena no Brasil Colônia foi promovida por missionários, principalmente jesuítas, vinculados a Coroa Portuguesa, e instituída por instrumentos oficiais como as Cartas Régias e os Regimentos. Era impossível separar a atividade escolar do projeto de catequese missionária. Esta educação tinha uma missão muito clara de civilizar, cristianizar e de patriotizar os índios. Ou seja, leva-los a abandonar suas linguas, abandonar suas culturas, seus costumes, suas terras) para se transformarem em cristãos e patriotas obedientes e submissos para facilitar a posse de suas terras e riquezas nelas existentes pelos colonizadores.

- 1808: Pouco a pouco, a Coroa passa a diversificar suas parcerias, responsabilizando o encargo da educação escolar indígena a alguns fazendeiros ou mesmo moradores comuns de regiões vizinhas aos índios, como atestam diversas Cartas Régias de 1808. A introdução desses agentes “leigos” não significou, contudo, a emergência de uma educação indígena dissociada da catequese. A civilização e a conversão dos “gentios” (índios) continuaram sendo explicitamente os objetivos da escola;

- 1822: Com o advento do império, em 1822, o panorama da educação escolar indígena, em seus aspectos gerais, permaneceu inalterado. Assim, o Projeto Constitucional elaborado logo após a declaração da independência, propôs explicitamente a criação de estabelecimentos para a Catechese e civilização dos índios. Em 1834 a competência da oferta da educação escolar indígena foi atribuída às Assembléias Provinciais para promover cumulativamente com as Assembléias e Governos Gerais a catechese e a civilização do indígena e o estabelecimento de

colônias. Assim permaneceu até o início do século XX;

- Em 1906: os assuntos indígenas, e em particular a educação escolar indígena, passam a ser atribuições do recém criado Ministério da Agricultura;
- 1910: um órgão especialmente dedicado à questão, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Neste novo quadro jurídico-administrativo, começam a surgir pouco a pouco, as primeiras escolas indígenas mantidas pelo governo federal.
- 1930: o SPI passa do Ministério da Agricultura, onde foi criado, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), para o Ministério da Guerra (1934) e de lá de volta para o Ministério da Agricultura (1939), onde permanece até sua extinção nos anos 1960;
- 1934: A Constituição de 1934 foi a primeira que atribuiu poderes exclusivos da União para legislar sobre assuntos indígenas, consolidando um quadro administrativo da educação escolar indígena, que só vai ser significativamente alterado em 1991. A Constituição de 1934 determina genericamente a competência da União para Legislar sobre “a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (Art. 5 XIXm), princípio reiterado pelas Constituições de 1945 e de 1967. Neste cenário, as 66 escolas indígenas organizadas pelo SPI até 1954, assim como as inúmeras escolas missionárias, passaram a representar, junto com as frentes de trabalho, os principais instrumentos institucionais desta “incorporação” prevista em lei, processo marcado pela negação da diferença cultural e pelo assimilacionismo étnico. Convém assinalar que as escolas do SPI se caracterizavam fundamentalmente por apresentarem currículos e regimentos idênticos aos das escolas rurais, incorporando rudimentos de alfabetização em português, além de atividades de aprendizagem de ofícios (corte e costura e marcenaria, entre outros);
- 1950: As primeiras propostas de implantação de um modelo de educação bilíngüe para os povos indígenas, ainda nos anos 1950, com influência da Conferência da UNESCO de 1951, são consideradas inadequadas à realidade brasileira por técnicos do SPI, com base em argumentos que mais expressavam as deficiências do próprio órgão indigenista do que propriamente uma avaliação dos eventuais méritos das novas propostas. Um dos argumentos mais significativo era de que programas de educação bilíngüe poderiam colidir com os valores e propósitos da “incorporação dos índios à comunhão (lingüística) nacional”, consagrados na tradição indigenista, além da enorme diversidade cultural e lingüística entre os povos

indígenas, dos seus padrões demográficos muito reduzidos e da falta de materiais didáticos e professores capacitados para o novo modelo;

- 1957: Este quadro passou a se defrontar nos últimos anos da década de 1950, com um forte contraponto: a Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho, de 26 de junho de 1957, que trata sobre proteção e integração das populações tribais e semitribais de países independentes, ratificada e incorporada ao cenário brasileiro apenas na década seguinte;

- Os artigos sobre a educação escolar indígena no Estatuto do Índio, promulgado em 1973, sob a influência da Convenção 107/OIT na política indigenista, mencionam explicitamente a alfabetização dos índios “na língua do grupo a que pertencem” (art. 49), mas nada mencionam sobre a adaptação dos programas educacionais às realidades sociais, econômicas e culturais específicas de cada situação, o que deixa implícita a idéia de um bilingüismo meramente instrumental, sem nenhum interesse na valorização das culturas indígenas. (Luciano, 2027, p.3-5)

- 1970: A proposta de educação escolar indígena intercultural, bilíngüe e diferenciada surgiu como contraponto ao projeto colonizador da escola tradicional imposta aos povos indígenas. Surgiu na década de 1970 entre os povos indígenas do Brasil, incentivados e apoiados por seus aliados. Apenas duas décadas seguintes, o governo, através do Ministério da Educação, incluiu o tema na sua agenda de discussão, forçado pelas críticas e pressões dos índios e da opinião pública nacional e internacional, que acusavam o governo de etnocídio;

- 1988: Em termos conceituais e políticos foi a Constituição Federal de 1988 que revolucionou o rumo da política indigenista oficial e, junto, a educação escolar indígena. Resultado de longo processo histórico de mobilizações sociais e políticas de setores da sociedade civil brasileira principalmente dos povos indígenas e das suas organizações, as concepções de cidadania indígena e de educação encontraram amparo na legislação do país. A Constituição Federal de 1988 superou de forma definitiva a concepção absolutamente equivocada da incapacidade indígena que fundamentou o princípio jurídico da Tutela, por meio do qual, era concedido ao Estado o poder e a responsabilidade de decidir e responder pela vida e destino dos povos indígenas do país, visão esta que imperou por quase 500 anos, ou seja, desde a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500. A referida Constituição é explícita quanto à garantia dos direitos dos povos indígenas ao

reconhecer suas culturas, tradições, línguas, organizações sociais, crenças, enfim, o direito de continuarem vivendo segundo suas culturas e suas livres escolhas, sendo-lhes garantido, inclusive o direito de ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, superando a idéia de incapacidade civil, mental e política destes indivíduos e povos. (Luciano, MEC, Brasília, 2007)

5.4.3. O que vem a ser a Escola Diferencial Indígena?

Diz o documento:

A idéia mais aceita entre os professores indígenas referida à educação escolar indígena diferenciada é aquela educação trabalhada a partir da escola tendo como fundamento e referência os pressupostos metodológicos e os princípios geradores de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos dos distintos universos socioculturais específicos de cada povo indígena. Ou seja, uma educação que garanta o fortalecimento e a continuidade dos sistemas de saber próprios de cada comunidade indígena e a necessária e desejável complementaridade de conhecimentos científicos e tecnológicos, de acordo com a vontade e a decisão de cada povo ou comunidade. Essa possibilidade gerou o encantamento inicial, uma vez que com ela seria possível adquirir e apropriar-se dos conhecimentos tecnológicos e científicos para ajudar a resolver os velhos e novos problemas da vida nas aldeias, sem necessidade de abdicar-se de suas tradições, valores e conhecimentos tradicionais, antes perseguidos, negados e proibidos pela própria escola. (Luciano, 2007, p.6).

Com a Constituição de 1988, fica estabelecido que:

Pensando no processo percorrido pela política de educação escolar indígena no Brasil após a promulgação da atual Constituição Federal de 1988, temos a seguinte cronologia de eventos e fatos administrativos:

1. Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991 – transfere a atribuição de oferta da educação escolar em escolas indígenas para secretarias estaduais e municipais de educação e a coordenação da política para o MEC, antes afetas à FUNAI;

2. Portaria Interministerial (MJ e MEC) número 559 de 16 de abril de 1991 – regulamenta o Decreto 26/91 e cria no MEC a Coordenação Nacional de Educação Indígena.

3. Em 1991 é nomeado um Comitê Nacional de Educação Indígena, no âmbito da então Secretaria de Educação Fundamental do MEC. 4. Em março de 1993 o Comitê de Educação Escolar Indígena produz um documento intitulado “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”. Discorrendo sobre a legislação recentemente promulgada, o documento discutia pela primeira vez, para um público mais amplo, conceitos norteadores da nova educação escolar indígena, tais como Especificidade e Diferença; Escolas Indígenas específicas e diferenciadas; Interculturalidade; Língua materna e bilingüismo; Globalidade dos processos de aprendizagem; Escola indígena: específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe. 5. Em 1994 são publicados os primeiros livros de autoria indígena com apoio financeiro do MEC. 6. Em 1995 é criada a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas no âmbito da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC. 7. Em

1998 o Ministério da Educação publica o “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI”.

8. Em 1999 é realizado pelo INEP o Censo Escolar Indígena que aponta a existência de 1.392 escolas indígenas, com 3.998 professores (76,5% deles indígenas) e 90.459 matrículas de estudantes indígenas.

9. Em 1999 o Conselho Nacional de Educação exara o Parecer 14/99 e a Resolução 03/99 definindo diretrizes para a política de educação escolar indígena e estabelecendo com mais clareza as atribuições dos diversos órgãos dos sistemas de ensino para a oferta de educação escolar indígena.

10. Em 2001 é criada a Comissão Nacional de Professores Indígenas no âmbito da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em substituição ao Comitê Nacional. 11. Em novembro de 2002 o MEC publica o “Referencial para a Formação de Professores Indígenas”. 6 12. Em 2003 a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas é transformada em Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena – CGEEI, funcionando no âmbito da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental do MEC.

13. Em 2004 é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, que passa a abrigar a atual CGEEI. Ainda neste ano a Comissão Nacional de Professores Indígenas é transformada em Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena com a garantia de representação de organizações indígenas gerais e não apenas de professores indígenas.

5.4.4. Quanto as Escolas indígenas interculturais como um projeto-piloto

A primeira mudança desse novo arcabouço foi lançar Escolas indígenas interculturais como um projetos-piloto, vejamos:

A emergência do movimento articulado de professores indígenas aliado ao movimento maior dos povos indígenas criou condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominados de escolas indígenas-piloto. São denominadas de escolas-piloto, por se tratarem de experiências inovadoras de iniciativa não governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e suas assessorias. Essas experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por todo o território brasileiro. Essas escolas são as primeiras experiências que levam em consideração a idéia central da educação escolar indígena intercultural, a de pensar e praticar os processos político-pedagógicos a partir das realidades sócio-históricas dos distintos povos. São, portanto, escolas com projetos político-pedagógicos próprios, capazes de atender às necessidades das comunidades específicas e com autonomia na gestão administrativa, política e pedagógica. (Luciano, 2007, p.9).

As escolas indígenas diferenciadas em geral pautam suas ações e estratégias de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos na perspectiva de possibilitar às coletividades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, tradições e ciências, a defesa de seus territórios e outros direitos básicos, além de lhes possibilitar o acesso adequado às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários para garantir e melhorar as condições de vida.

Para o teórico Rankings (2014, p. 1),

“a educação escolar indígena passa, a partir dessas reflexões, a representar o foco de discussão no qual se dá o trânsito entre identidade e diferença. A diversidade é um dado relevante, pois a educação escolar indígena lida com uma enorme variedade de sociedades indígenas com distintas formas de organização social (do parentesco), línguas, cosmologias diferentes, entre outros.

5.4.5. Três eixos da Escola Indígena Diferenciada:

Aos poucos fica desenhada que a Escola Indígena Diferenciada deve ser pautada a partir de três grandes eixos:

a) **Eixo da Interculturalidade:** a cultura escolar precisa ser ampliada em termos de uma ampla culturalidade vivida por curumins, jovens, educadores e gestores indígenas. Não existe assuntos isolados, temas separados uns dos outros, em especial quando se trata das condições de vida dos povos indígenas, de cosmologia, sua democracia, da sua autonomia, das suas lutas por terra, água, mata, reprodução humana, regras sociais, tomada de decisão. Na verdade os modelos de ensino e os valores culturais e científicos se complementem e devem fazer parte dos conteúdos e diálogos, sendo uma presença ativa da interculturalidade vivida no chão da escola e da aldeia. Para Palhano Silva, a interculturalidade:

Atualmente, os Potiguara reconquistaram grande parte de suas terras, onde vivem buscando retomar a harmonia com a natureza e com as forças dos elementos: fogo, ar, terra e água. Na região, há um conjunto de escolas indígenas de ensino fundamental e médio que vem retomando a cultura, a língua materna Tupy, tratando da inculturalidade, com calendários e currículos escolares que tratem de aprofundar conhecimentos na tradição e nos valores da etnia. Cerca de 500 indígenas já têm acesso ao ensino universitário, ampliando e fortalecendo o capital cultural Potiguara. Alguns grupos de pesquisa e extensão universitária vêm aproximando-se dessa etnia, objetivando acompanhá-la, estudá-la, apoiá-la, mas certamente nunca descobriram os segredos de sua longa e profícua existência. (Palhano Silva, 2013, p. 216)

A interculturalidade vivenciada estimula os indígenas educandos e educadores ao refletirem suas práticas e comportamentos, inclusive podendo fazer vinculação com a cultura, a comunidade, o respeito as tradições, à diversidade linguística. Nesses espaços da escola deve-se ter uma vivência do ensino intercultural, do aprendizado a

partir de experiências. A sala de aula é um grande laboratório ou observatório do planeta.

b) **Eixo Bilíngue:** o aprendizado bilíngue deve garantir aos indígenas o uso e compreensão da(s) 'língua(s) corrente(s)' e da 'língua materna'. No caso dos Potiguara, a língua corrente falada no cotidiano é a língua portuguesa e a língua materna é o Tupi-Antigo.

No passado, a língua materna foi praticamente suprimida pelo processo de impedimento, seja através da catequização e das ações instaladas pela Companhia de Tecidos Rio Tinto. No presente, desde 1980, tem havido iniciativas nas escolas da rede pública para o estudo da língua Materna.

As ações desenvolvidas pelo educador Almir Leite, **Mateus Ferreira da Silva**, Os professores Gessé Viana da Silva, Mayná pessoa da Silva, José Romildo Araújo da Silva, Iraci Marculino dos Santos, dentre outros, na educação bilíngue tende a ampliar as fronteiras da língua materna junto a comunidade.

No caso estado, a unidade 'escola' tem sido dentre os Potiguara a referência da difusão da língua mãe. Ainda nas escolas, percebe-se que algumas possuem ambientes com a denominação escrita em Tupi. Um outro local de difusão tem sido os momentos sagrados.

c) **Eixo comunitário:** o foco reside nas atividades educativas no centro da comunidade. A escola vai até os espaços comunitários: a mata, o rio, o mar, o caminho, o campo de futebol, a trilha, a cachoeira, o roçado, a casa de farinha, a igreja, e muitos outros. Nesses ambientes educandos e educadores indígenas interagem com os significados históricos e presentes, ambientais e naturais, humanos e animais, buscando a sua compreensão e interagindo em tempo real. Se irá acontecer um Toré na comunidade, a escola se prepara para participar, trazendo explicações sobre seus significados, inclusive esses podem ser transmitidos pelos anciões da comunidade. E,

posteriormente a realização do Toré, os educadores e educandos, em atividade educativa voltam a tratar da temática, numa perspectiva de abstrair os significados da atividade, de forma individual e coletiva.

O *habitus* sustentado por Bourdieu (1999), como uma estrutura estruturante e estruturada está presente na Educação Diferenciada Indígena, uma vez que os sujeitos precisam interiorizar, através da internalização e externalização das práticas de interculturalidade, *bilingue* e comunitária.

Duas críticas:

Primeira destacada por Maher (2006).

A educação escolar indígena se deu ao longo do processo histórico de ocupação dos portugueses no território brasileiro com o objetivo de catequizá-los e de integrá-los à sociedade nacional. Essas práticas foram conduzidas por missões religiosas e órgãos governamentais que tinham como pressuposto o paradigma assimilacionista. O "modelo assimilacionista de submersão" visava a educar o indígena descaracterizando-o de sua identidade cultural - língua, religião e costumes. Os estudantes indígenas eram retirados de suas famílias e comunidade e colocados em internatos para serem catequizados em língua portuguesa. Houve outra prática pedagógica denominada "modelo assimilacionista de transição" que tinha como orientação alfabetizar a criança na sua língua materna, para depois ser educada somente em língua portuguesa, assim era realizado por se acreditar que era complicado iniciar o processo de alfabetização em uma língua que a criança desconhecia. O atual paradigma denominado emancipatório - "modelo de enriquecimento cultural e linguístico", pautado na interculturalidade e no bilinguismo, só foi conquistado há vinte anos, a partir das conquistas do movimento político dos povos indígenas (Maher, 2006).

Segunda destacada por Freire (2005).

É preciso deixar claro que não se trata de padronizar, mas se faz necessário avançar de uma escola tradicional indígena para uma escola diferenciada indígena. A primeira com seus traços descritos por Freire, como Escola Bancária.

Ao escrever o artigo "Paulo Freire: denúncia a educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora", Brighente & Mesquida (2016, p. 1) vai reflexionar:

o sentido da denúncia da educação bancária, realizada por Paulo Freire, e apontar suas implicações para o anúncio de uma educação libertadora sobre o corpo dos educadores. A partir das obras do educador, busca-se discutir, num primeiro momento, a denúncia da educação bancária, e, num segundo momento, o anúncio de uma pedagogia libertadora freireana: problematizadora e conscientizadora. (Brighente & Mesquida**, 2016, p. 1)

A centralidade desse debate também reside no fato de não se poder realizar uma padronização, sistematização de um modelo de escola e de ensino para duas culturas tão distintas. A escola tradicional indígena não dar mais conta da realidade, promove a libertação dos sujeitos indígenas. Nesse sentido, pensar em uma escola indígena é pensar em uma escola intercultural, bilíngue e comunitário. Até porque a população já avançou realizando a ocupação da terra e dos espaços. A escola precisa acompanhar as lutas sociais, e vice-versa.

Para o educador Freire,

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. ... O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária” [grifos do autor], que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (Freire, 2005, p. 78)

Esse posicionamento argumentado por Freire (2005), só é possível a luz do *modus operandi* da práxis libertadora, onde os homens e mulheres se unem para romper com a dominação, se organizam para enfrentar o dominador, realizando a síntese cultural.

No caso específico dos indígenas Potiguara, romper com a escola bancária tradicional, onde os conteúdos eram ditados pelo MEC, tendo livros didáticos, por exemplo, iguais aos distribuídos para as redes públicas das escolas urbanas e periferias do Brasil, significa fazer um rompimento e instalar a interculturalidade, onde os conteúdos dialogam entre si e com os saberes da tradição cultural; onde existe a prática do *billinguismo*; onde reina as ações comunitárias. A escola se transforma porque os sujeitos – educandos, educadores e gestores – se transformam rompendo as normativas do passado e assumindo os novos códigos que fazem sentido para os indígenas Potiguara. Como disse Paulo Freire, é uma revolução.

E quanto mais a Escola Indígena Diferenciada avança, mais tende a avançar, como protagonizou Paulo Freire, visto que educandos e educadores praticam a dialogicidade e avançam no processo de conscientização.

a conscientização é ... um teste de realidade. Quanto mais conscientização,

mais se des-vela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 2001, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Estamos diante de um coletivo de práticas educativas de natureza libertadora. No processo de luta pela terra na Aldeia Três Rios nasce o ‘sujeito coletivo’, aparecido durante processo de emergência étnica do Povo Potiguara na região do Vale do Mamanguape. Daí, a luta ganhar dimensões nunca vista no dois últimos séculos em Marcação-PB;

2. A terra, presa, constitui-se um organismo de opressão. A cana-de-açúcar no passado era de propriedade dos usineiros que produzia um fenômeno social da opressão. A terra era presa. O contexto provocava fome e miséria. Porém, com o nascimento do Sujeito Coletivo, a partir do surgimento de lideranças naturais, deu-se início ao rompimento da opressão. A entrada na terra pelos indígenas Potiguara representou o início da quebra da opressão. Além da entrada na terra, os indígenas realizam atividades de: limpar o mato, plantar, erguer uma cabana e transforma-la em uma casa, realizam reuniões. Tudo só foi possível graças ao sujeito coletivo que vai ser conduzido a partir dos elementos da Teoria Dialógica que produz um processo cultural;

3. A ‘**co-laboração**’ (Freire, 2017, p.113) leva os indígenas a escolherem suas lideranças naturais e forma o Sujeito Coletivo. Esse articular, estimula, escuta, realiza múltiplas atividades comunitárias, sociais, políticas e educativas, desde recuperar a musicalidade e os rituais indígenas, a exemplo do Toré, até a identidade, indianeidade, linguística e sociabilidade que haviam se perdido, esquecido ou silenciados no tempo;

4. A ação coletiva gerar um ‘**unir para libertar**’ (Freire, 2017,p.117). Situação similar vivenciou o teórico indígena Ailton Krenak em ação coletiva visando a conquista da terra. Vejamos o relato:

Esse grupo que saiu do Rio Doce, já na segunda metade da década de 1960, tinha experimentado a dissolução dos coletivos que vivíamos pela violência que chegava lá devido à ocupação daquele território, com disputa de terra, conflitos fundiários agudos e uma negação permanente do direito de a gente ser e de ter uma experiência de viver coletivos. Nossos vizinhos tinham sítios, inclusive aqueles que tomaram a terra dos índios tinham pequenas propriedades. Era uma família, pessoas, indivíduos que eram donos daqueles sítios. A maneira de existir coletivamente não cabia mais naquele lugar, e ficou inviável para a gente como coletivo naquele lugar. Os que estavam resistindo, eram à custa da própria vida; tinha gente sendo assassinada,

porque não cabiam mais naquele lugar. Tivemos que buscar outro lugar. (Krenak, 2018, p. 5).

5. **Unir para liberta** quando ocorre proporciona a união das gerações de um povo, bem como pode-se dizer: de um povo que acreditou em sua libertação. Ou seja, conquistou a liberdade de um lugar para poder morar, trabalhar na terra e realizar demais atividades nos espaços sociais e junto a mãe terra;

6. É a vivência da '**organização**' do movimento. Para Freire (2017, p.120), os sujeitos aprendem na fase da organização a realizar ações que transformam a si e ao mundo. No caso dos indígenas Potiguara as vivências cotidianas da '**organização**' apoiadas pelo sujeito coletivo possibilitaram a sociabilidade das atividades comunitárias, dentre as quais: respeitarem ao próximo e a natureza, em especial, a mãe terra; aprenderam aspecto da cultura, como a dançar e o significado do Toré; aprenderam aspectos da linguística, como a retomada da língua Tupi; aprenderam aspectos da sociabilidade que impulsiona o romper do medo de participar da luta;

7. O **sujeito coletivo** tem mobilidade e características pedagógicas e educativas. Em suas ações fica evidente sua capacidade de estabelecer a dialogicidade com seus pares, gerar um conjunto de atividades e ações estruturadas e estruturantes, com um habitus;

8. O **sujeito coletivo**, natural, tem a capacidade de reunir a todos e definir de forma coletiva os espaços sociais coletivos. Daí porque no território da aldeia há uma organização estrutural do espaço: locais para situar casas, equipamentos sociais, equipamentos produtivos;

9. O **sujeito coletivo** estimula a participar, a compreensão, a ação, a reflexão, enfim a '**síntese cultural**' (Freire, 2017, 122) que amplia o pertencimento e identidade do indígena pela sua etnia Potiguara;

10. O **sujeito coletivo** tem relevância nas **mudanças ocorridas no processo educativo** vivido por curumins, jovens, adultos, educandos e gestores indígenas, pois as escolas rompem com o sistema tradicional educativo, quando os seus membros educandos, educadores e gestores indígenas fazem a adesão ao modelo da Escolas Diferenciada Indígena;

11. **A Escola Diferenciada Indígena**, estimulada pelas ações geradas na comunidade e em seu interior escolar, onde o sujeito coletivo está presente,

passando a realizar **sua metamorfose: de uma escola genérica para uma escola diferenciada indígena, onde é presente as vivências da Interculturalidade, do Bilinguismo e da Comunitária.** Ou seja, quanto mais os sujeitos escolares interiorizarem através da internalização e externalização o habitus da Educação Diferenciada Indígena maior ‘fortaleza’ e significância terá a escola na aldeia;

A escola indígena passou a ter um compromisso ético-político ao mudar a história de negação de suas identidades: "Só dessa forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física, mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais" (Ministério da Educação, 2000, p. 69). Hoje, além de assegurado o direito a uma educação diferenciada, os povos indígenas poderão decidir como serão realizados os projetos políticos pedagógicos nas escolas: "A educação escolar indígena deverá ser implementada por meio de regime de colaboração específico ... promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades" (Ministério da Educação, 2010, p. 2); O teórico indígena Potiguara Pedro Lôbo dos Santos e seu orientador Eduardo Dias da Silva destacam que a educação escolar indígena proporciona o fortalecimento da identidade cultural do povo étnico Potiguara (2022), uma vez que o processo educativo possui vínculos identitários com a história e as lutas sociais, inclusive da escola indígena diferenciada.

12. Diante da **Escola Diferenciada Indígena**, sugere-se a soma da “Etnoeducação Potiguara. A pedagogia da Existência e das Tradições”, onde “A pedagogia indígena Potiguara fundamenta-se em compreender a lógica da existência de si, do outro e do cosmo. Trata-se em aprender a viver e viver em sintonia com os elementos essenciais que garantem a sobrevivência da etnia”. Destaca os autores: “As situações de aprendizados se confundem com o cotidiano das aldeia e o currículo escolar apresenta-se dinâmico, dando destaque para os saberes da tradição”. (Palhano Silva & Nascimento, 2017, p.75-86).

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima já pratica o sistema da **Escola Diferenciada Indígena** que vivencia a Interculturalidade, o Bilinguismo e a Comunitária. Os educadores da linguística do Tupi Antigo realizam nas escolas uma nova emergência Linguística: o ensino do sistema do “Tupi Potiguara Kuapa”.

13. Frente aos **dois fenômenos – a conquista da terra e instalação da**

Escola Diferenciada Indígena - pode-se dizer que as suas ocorrências emergiram graças ao **Sujeito Coletivo** educativo e pedagógico que se originou com lideranças 'naturais' foi possível uma grande revolução na aldeia Três Rios – Marcação – PB, dando continuidade ao fortalecimento histórico do povo Potiguara na Paraíba.

Pelo presente TCC apresento essas minhas contribuições. Tenho a esperança de retoma-las no Mestrado.

**“A minha sala de aula não tem paredes,
pois acontece nas matas, nos rios,
na beira do mar, na comunidade”.**

Nilda Faustino (in Memoria).

Indígena Potiguara.

Aldeia São Francisco – Baía da Traição.

Filha do Grande Cacique Batista.

Integrante do GEPeeeS – UFPB.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES PREVISTAS	2024				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Montagem do Projeto	X				
Revisão de Literatura	X				
Coleta de dados		X	X		
Análise dos dados		X	X		
Escrita do Texto Monográfico		X	X	X	
Escrita do Texto Monográfico		X	X	X	
Escrita do Texto Monográfico			X	X	
Revisão geral do Texto				X	
Apresentação pública da monografia				X	
Entrega da versão Final				X	
Defesa da monografia					X

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADOUE, S. B. (2019). Os ataques contra os povos indígenas e o novo padrão de dominação. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2019/01/11/os-ataques-contra-os-povosindigenas-e-o-novo-padrao-de-dominacao/>
» <https://blogdaboitempo.com.br/2019/01/11/os-ataques-contra-os-povosindigenas-e-o-novo-padrao-de-dominacao/>

ALCÂNTARA, G. K., TINÔCO, L. N., & Maia, L. M. (Orgs.). (2018). Índios, Direitos Originários e Territorialidade. Associação Nacional dos Procuradores da República. https://www.anpr.org.br/images/2020/Livros/Indios_direitos_originarios_e_territorialidade.pdf
» https://www.anpr.org.br/images/2020/Livros/Indios_direitos_originarios_e_territorialidade.pdf

ALVES, C. B., & DELMONDEZ, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661.

ARAÚJO, F. P., & MATTOS, M. F. (2016). Descolonizar os feminismos Latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça. *Revista Três Pontos*, 13(1), 21-26.

ARRUTI, José Mauricio Andion. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenomeno historico regional. Rio de Janeiro: *Revista de Estudos Históricos*, v. 08, n.15, 1995, p. 57-94.

ARRUTI, José Mauricio Andion. (1997). A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7-38. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>
» <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>

Autoriascimago Institutions Ramkings. **Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena.** *Psicol. Soc.* 26.(3) • Acesso: Dez 2014 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300012>

BARCELLOS, Lusival Antonio. **Práticas educativo-religiosas do Povo Potiguar.** Dissertação (Mestrado em Educação), Natal: UFRN, 2005.

BRASIL. **DIRETRIZES OPERACIONAIS 2023.** Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-d-educacao/consultas/DiretrizesOPEscolas_V2.pdf. Acesso em: 30 de setembro 2023.

BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.** – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 de março de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **La Distincion**. Paris, PUF, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Brighente, BRIGHENTE, Miriam Furlan e MESQUIDA. **Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora**. Pro-Posições | v. 27, n. 1 (79) | p. 155-177 |. Acesso: jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/?format=pdf&lang=pt>.

Conselho Indigenista Missionário. (2016). Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2016. https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf
» https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf

CUNHA, Manuela Carneiro. **Histórias dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANNER, L. F., Dorrico, J., & Danner, F. (2020). Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. Alea: Estudos Neolatinos, 22(1), 59-74. <https://doi.org/10.1590/1517-106x/20202215974>
» <https://doi.org/10.1590/1517-106x/20202215974>

DELMONDEZ, P., & Pulino, L. H. C. Z. (2014). Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. Psicologia & Sociedade, 26(3), 632-641. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300012>
» <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300012>

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, Editora Massanga, 2005.

JARDIM, Ojeda. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: INTERCULTURALIDADE E ASPECTOS HISTÓRICOS**. Seminário de Formação Docente: intersecção entre universidade e escola. Dourados-MS, de 09 a 11 de setembro de 2019. Pagina 663-671.
<file:///C:/Users/User/Downloads/carlarsfigueiredo,+DOC+73+-+5839-13222-2-SM.pdf>

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São paulo. Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Luciele Silva. **A RESSIGNIFICAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA POTIGUARA NA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA TRÊS RIOS NO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPB, CCAE, Mamanguape, 2016.

LUCIANO, Gersem José dos Santos Luciano. **CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL.** Brasília, 2007. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releeicebcnerev.pdf>

MAHER, T.M. A formação de professores indígenas: uma discursão introdutória: In. GRUPIONI, LDB. (ORG) Formação de professores indígenas: representações e trajetória. Brasília: DF: MEC/SECADI,

.MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território de memória e territorialidades da vitória dos potiguaras da aldeia Três rios.** João Pessoa, 2009.

NASCIMENTO, José Mateus (Org.). **ETNOEDUCAÇÃO POTIGUARA: pedagogia da existência e das tradições.** (org). 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2017.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **Educação e movimentos sociais: registro do TORÉ POTIGUARA - a força da espiritualidade.** Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.216 - 221 jul./dez. 2013, ISSN 1518-0689

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **POTIGUARA: EDUCAR PARA O BEM VIVER. A educação ambiental na Escola Cacique Domingos na Aldeia Jaraguá – Rio Tinto – Paraíba – Brasil.** 2023.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. MST, HABITUS E CAMPO EDUCACIONAL: Plantando as sementes de uma educação libertadora. Natal: UFRN, 2004. (Tese de Doutorado).

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguaras da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura.** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PAULA, E. **A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena.** 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a07v1949.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001i

SANTOS, Pedro Lôbo dos e Silva, Eduardo Dias da. **A educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguaras na Paraíba/Brasil – Considerações iniciais.** 2022; Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132021000100105

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

SEUJOSE. **Tempo de Sofrimento.** In: Índios na visão dos Índios Potiguara. Salvador:Thydêwá,2011, p. 35.

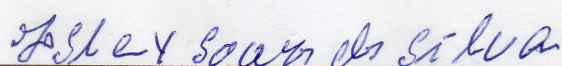
SILVA, Almir Batista. **A religião dos Potiguara na aldeia de São Francisco da Paraíba.** 2011. 270 p. il. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, José Romildo de Araújo(Org.). **Tupi Potiguara Kuapa: conhecendo a língua potiguara.** 1ª ed. João Pessoa, Secretaria de Estado da Educação- 14ª GRE, 2023.

VIEIRA, José Glebson.Potiguara.2006.–Artigo publicado na Web-Outubro de 2006.Recebido:11/10/2011Aprovado:26/10/2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

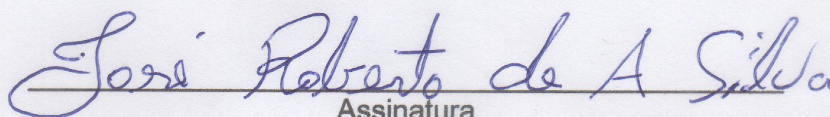


Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

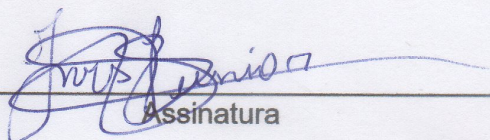


Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

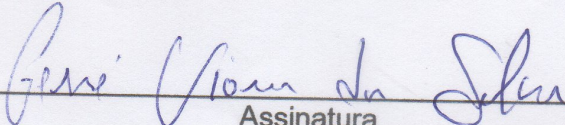


Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.


Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

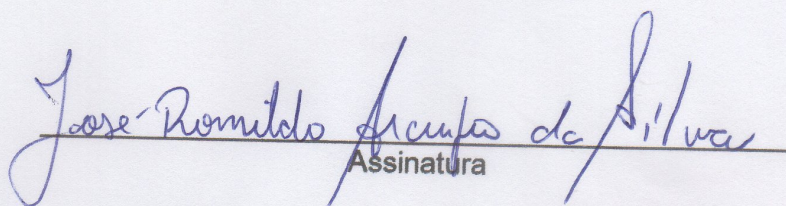
Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Mayná Pessoa da Silva
Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.


Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o discente de graduação JÔNATAS DE AZEVEDO SANTOS, do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que pode ser contactado pelo e-mail jonatasazevedo@hotmail.com e pelos telefones (83) 991712587 e (83) 991440527. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Cacique, Pajé e Educadores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Índio Pedro Máximo de Lima, visando, por parte do(a) referido(a) discente a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada, transcrita, anotada, sistematizada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica. Que os dados obtidos podem posteriormente a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serem publicados para fins de estudos acadêmicos, estudos escolares ou estudos comunitários. O anonimato dos participantes será assegurado se os mesmos solicitarem a sua privacidade. O discente providenciará uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC impressa ou digital para cada entrevistado. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação, nem ao ser contactado, nem durante e nem ao final da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Graci Marculino dos Santos

Assinatura

Marcação – Paraíba, 27 de Maio de 2024